#14
Julho | Agosto | Setembro 2018
ISSN 2448-3885

MÓBILe

Revista do CAU/SP

Rússia

Os diversos estilos arquitetônicos no país que sediou a última Copa do Mundo

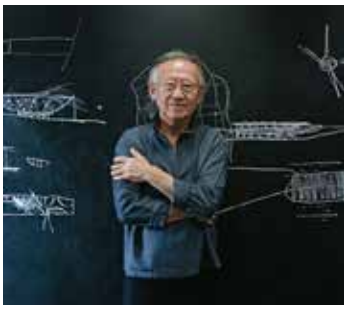
Bate-papo

A trajetória do arquiteto e urbanista Nelson Dupré

Arquitetura Digital

De projetos 3D ao uso racional dos insumos em uma obra, como a ferramenta tecnológica BIM está revolucionando o mercado da construção

NA PONTA DO **LÁPIS**



RUY OHTAKE

O Aquário do Pantanal, localizado no parque das Nações Indígenas, na avenida Afonso Pena, em Campo Grande (MS), terá 32 aquários para peixes. Jacarés e lontras ficarão na área central, ao ar livre, com cinco lagunas. A obra do arquiteto e urbanista Ruy Ohtake, idealizada para ser o maior viveiro de água doce do mundo, está em fase final de construção.

28 I Especial
A revolução provocada pelo BIM no mercado da construção

20 I Bate Papo
A trajetória do arquiteto e urbanista Nelson Dupré

50 I Arquitetura no Mundo
Os estilos arquitetônicos no país russo

16 I Em Debate
As reflexões de André Graziano, Marcelo Vassalo e Inna Mascarin sobre jardins suspensos

36 I Concurso
Os projetos vencedores para o Ágora Tech Park, em Joinville (SC)

42 I Exercício Profissional
Projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados comprometem a regulamentação da profissão

46 I Legislação e Ética
Os comentários de João Honorio Filho ao Código de Ética e Disciplina do CAU

E MAIS:

06 I CAU/SP em Ação
14 I Arquitetura Paulista
58 I Olhar do Arquiteto
60 I Ouvidoria
62 I Fique Atento
66 I Ponto de Vista

Novo Projeto Gráfico e Editorial

Estamos inaugurando neste trimestre o novo projeto gráfico e editorial da Revista *Móbile*. A reformulação atualiza e valoriza a linguagem visual da publicação, garantindo um material que tenha compromisso com a contemporaneidade, destacando as informações de maior interesse dos profissionais, que são o alvo de nossa publicação: você arquiteto e urbanista. As matérias institucionais, relacionadas às atividades do CAU/SP tomaram novo formato, mais leves e dinâmicas.

As novidades editoriais propõem novas seções. Em Arquitetura no mundo, a cada trimestre procuraremos trazer visões e experiências internacionais, como é o caso do texto, escrito pela arquiteta brasileira Suzana Ramalho, direto do Cazaquistão.

Trouxemos como matéria de capa uma reportagem sobre BIM – "Building Information Modeling" ou Modelagem da Informação da Construção. Esse novo processo de trabalho, elaborado desde 1980 com o desenvolvimento de softwares de suporte, traz a eficácia, confiabilidade, diminuição de desperdício e a capacidade de antecipar problemas e prever os resultados de eventuais alterações na obra. Como processo integrado, dialoga com todos os elos da cadeia produtiva.

Ruy Ohtake inaugura também a nova seção Na Ponta do Lápis e na seção Arquitetura Paulista destacamos o Teat(r)o Oficina, contando um pouco deste patrimônio tombado nas esferas federal, estadual e municipal, reformado pelo projeto dos queridos arquitetos Lina Bo Bardi e Edson Elito.

Na seção Bate Papo, conversamos com Nelson Dupré, que assinou obras como a conversão do antigo matadouro de Vila Mariana em Cinemateca Brasileira e a restauração da antiga estação Julio Prestes – incrível trabalho –, transformando-a na Sala São Paulo.

O Em Debate traz a opinião de Andre Graziano, Marcelo Vassalo e Inna Mascarin, sobre as vantagens dos jardins suspensos e áreas verdes nos tetos e laterais.

Confira ainda a proposta vencedora do concurso para escolher o projeto do primeiro prédio a ocupar o Ágora Tech Park, na seção Concurso; as fotos na seção Olhar do Arquiteto, as atividades do Conselho no CAU/SP em ação, as dicas do Fique Atento e a opinião de Ciro Pironti sobre o ofício do arquiteto e urbanista na seção Ponto de Vista.

Boa Leitura!!

Nancy Laranjeira Tavares de Camargo
Comissão Especial de Comunicação do CAU/SP
✉ revista@causp.gov.br

Nancy Laranjeira Tavares de Camargo
Coordenadora
Maria Alice Gaiotto
Coordenadora Adjunta
Claudio Zardo Búrigo
Marcia Helena Souza da Silva
Martin Corullon

As ideias ou opiniões expostas nos artigos ou textos dos colaboradores são de responsabilidade dos próprios autores, não refletindo, necessariamente, a opinião ou posicionamento do CAU/SP.

CAU/SP
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo

CONSELHO DIRETOR

José Roberto Geraldine Junior
Presidente
Valdir Bergamini
Vice-presidente
José Antonio Lanchoti (Coordenador)
Comissão de Ensino e Formação
(CEF – CAU/SP)
Anita Affonso Ferreira (Coordenadora)
Comissão de Ética e Disciplina
(CED – CAU/SP)
Alex Marques Rosa (Coordenador)
Comissão de Exercício Profissional
(CEP – CAU/SP)
Carlos Alberto Silveira Pupo (Coordenador)
Comissão de Fiscalização
(CF – CAU/SP)
Tercia Almeida de Oliveira (Coordenadora)
Comissão de Organização e Administração
(COA – CAU/SP)
Marco Antonio Teixeira da Silva
(Coordenador)
Comissão de Planejamento e Finanças
(CPFi – CAU/SP)

CONSELHEIRAS FEDERAIS

Nadia Somekh
Titular

Helena Aparecida Ayoub Silva
Suplente

CONSELHEIROS ESTADUAIS - TITULARES

Adriana Blay Levisky
Alan Silva Cury
Alex Marques Rosa
André Luis Queiroz Blanco
Angela de Arruda Camargo Amaral
Angela Golin
Anita Affonso Ferreira
Carlos Alberto Palladini Filho
Carlos Alberto Silveira Pupo
Cassia Regina Carvalho de Magaldi
Catherine Otond
Claudio de Campos
Claudio Zardo Búrigo
Delcimar Marques Teodoro
Denise Antonucci
Dilene Zaparoli
Edson Jorge Elito
Fernanda Menegari Querido
Fernando de Mello Franco
Flavio Marcondes
Guilherme Carpintero de Carvalho
José Antonio Lanchoti
Jose Marques Carrico
José Roberto Geraldine Junior
Luiz Antonio Cortez Ferreira
Luiz Antonio de Paula Nunes
Marcelo Martins Barrachi
Marcia Helena Souza da Silva
Marco Antonio Teixeira da Silva
Marcos Cartum
Maria Alice Gaiotto
Maria Fernanda Avila de Sousa da Silveira
Maria Rita Silveira de Paula Amoroso
Mario Wilson Pedreira Reali
Marta Maria Lagreca de Sales
Martin Gonzalo Corullon
Mauro Claro
Mel Gatti de Godoy Pereira
Miguel Antonio Buzzar
Miriam Roux Azevedo Addor
Nabil Georges Bonduki
Nancy Laranjeira Tavares de Camargo
Nelson Gonçalves de Lima Junior
Paulo Marcio Filomeno Mantovani
Poliana Risso Silva Ueda
Rafael Paulo Ambrosio
Rossella Rossetto
Ruy dos Santos Pinto Junior
Salua Kairuz Manoel
Silvana Serafino Cambiaghi
Tercia Almeida de Oliveira
Valdir Bergamini
Vanessa Gayego Bello Figueiredo
Vera Santana Luz
Vinicius Hernandes de Andrade
Violeta Saldanha Kubrusly

CONSELHEIROS ESTADUAIS - SUPLENTES

Adalberto da Silva Retto Junior
Ailton Pessoa de Siqueira
Ana Cristina Gieron Fonseca
Ana Lucia Ceravolo
André Gonçalves dos Ramos
Andre Luis Avezum
Andressa Rodriguez Hernandez
Breno Berezovsky
Carlos Antonio Spinhardi
Carolina Margarido Moreira
Cícero Pedro Petrica
Consuelo Aparecida Gonçalves Gallego
Daniela da Camara Sutti
Daniela Perez Nader Andréo
Danusa Teodoro Sampaio
Denis Roberto Castro Perez
Eduardo Trani
Eleusina Lavor Holanda de Freitas
Enio Moro Junior
Eurico Pizao Neto
Fabiano Puglia Moreno Marin
Fabio de Almeida Muzetti
Fábio Mariz Gonçalves
Flavia Regina de Lacerda Abreu
Gianfranco Vannucchi
Jeane Aparecida Rombi de Godoy Rosin
Katia Piclum Versosa
Laura Lucia Vieira Ceneviva
Leda Maria Lamanna Ferraz Rosa Van Bodegraven
Leila Regina Diegoli
Liana Paula Perez de Oliveira
Lizete Maria Rubano
Lua Nitsche
Luiz Eduardo Siena Medeiros
Marcelo Consiglio Barbosa
Marise Cespedes Tavolaro
Mauro Ferreira
Milton Liebentritt de Almeida Braga
Natália Costa Martins
Patricia Robalo Groke
Paulo de Falco Epifani
Paulo Machado Lisbôa Filho
Raquel Rolnik
Raquel Vieira Feitoza
Renata Alves Sunega
Renato Matti Malki
Ricardo Aguillar da Silva
Roberto Claudio dos Santos Aflalo Filho
Roberto Loeb
Sami Bussab
Sarah Feldman
Sergio Baldi
Sergio de Paula Leite Sampaio
Silvana Dudonis Vitorelo Iizuka
Sofia Puppin Rontani
Weber Sutti

EXPEDIENTE

CCOM
Conselho e coordenação editorial
Daniele Moraes
Coordenadora de Comunicação
Epaminondas Neto
Técnico de Comunicação

Editado por
Ex Libris Comunicação Integrada
Jornalista: Jayme Brener (Mtb 19.289)
Editor: Renato Vaisbih
Textos: Marco Paulo Ferreira, Daniele Moraes, Laleska Diniz, Epaminondas Neto e Carolina Gonçalves
Projeto gráfico e diagramação: Regina G. Beer
Impressão: Coan Industria Grafica Ltda.
Tiragem: 57 mil exemplares
revista@causp.gov.br

COMISSÕES ORDINÁRIAS

Comissão de Ensino e Formação do CAU/SP
José Antonio Lanchoti (Coordenador), Flavio Marcondes (Coordenador Adjunto), Nelson Gonçalves de Lima Junior, Delcimar Marques Teodozio, José Marques Carriço, Miguel Buzzar, Mauro Claro, Vera Santana Luz, Vinicius Hernandes de Andrade, Fernando de Melo Franco, Vanessa Bello Figueiredo

Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP
Anita Affonso Ferreira (Coordenadora), Marcos Cartum (Coordenador Adjunto), Luiz Antonio de Paula Nunes, Denise Antonucci, Cassia Regina Magaldi, Marcia Helena Souza da Silva, Claudio Zardo Búrigo, Poliana Risso Silva Ueda, Rafael Paulo Ambrosio

Comissão de Exercício Profissional do CAU/SP
Alex Marques Rosa (Coordenador), Dilene Zaparoli (Coordenadora Adjunta), Alan Silva Cury, Luiz Antonio Cortez Ferreira, Claudio de Campos, Maria Fernanda A. de S. da Silveira, Catherine Otondo, Martin Gonzalo Corullon, Carlos Alberto Palladini Filho

Comissão de Fiscalização do CAU/SP
Carlos Alberto Silveira Pupo (Coordenador), Paulo Marcio Filomeno Mantovani (Coordenador Adjunto), Marcelo Martins Barrachi, Silvana Serafino Cambiaghi, Mel Gatti de Godoy Pereira, Angela Golin, Guilherme Carpintero, Salua Kairuz Manoel

Comissão de Organização e Administração do CAU/SP
Tercia Almeida de Oliveira (Coordenadora), Adriana Blay Levisky (Coordenadora Adjunta), André Luis Queiroz Blanco, Ruy dos Santos Pinto Junior, Violêta Saldanha Kubrusly, Marta Maria Lagreca de Sales, Nabil Georges Bonduki, Rossella Rossetto

Comissão de Planejamento e Finanças do CAU/SP
Marco Antonio Teixeira da Silva (Coordenador), Miriam Roux Azevedo Addor (Coordenadora Adjunta), Edson Jorge Elito, Nancy Laranjeira Tavares de Camargo, Maria Rita Silveira de Paula Amoroso, Maria Alice Gaiotto, Angela de Arruda Camargo Amaral, Fernanda Menegari Querido, Mario Wilson Pedreira Reali

COMISSÕES ESPECIAIS

Comissão de Desenvolvimento Profissional do CAU/SP
André Luis Queiroz Blanco (Coordenador), Fernanda Menegari Querido (Coordenadora adjunta), Maria Fernanda Avila de Sousa da Silveira, Luiz Antonio de Paula Nunes, Claudio de Campos

Comissão de Política Urbana, Ambiental e Territorial do CAU/SP
Nabil Georges Bonduki (Coordenador), Adriana Blay Levisky (Coordenadora adjunta), Paulo Marcio Filomeno Mantovani, Miguel Antonio Buzzar, Maria Lagreca de Sales

Comissão de Comunicação do CAU/SP
Nancy Laranjeira Tavares de Camargo (Coordenadora), Maria Alice Gaiotto (Coordenadora adjunta), Claudio Zardo Búrigo, Marcia Helena Souza da Silva, Martin Gonzalo Corullon

Comissão de Relações Institucionais do CAU/SP
Marcelo Martins Barrachi (Coordenador), Edson Jorge Elito (Coordenador adjunto), Ruy dos Santos Pinto Junior, Poliana Risso Silva Ueda, Nelson Goncalves de Lima Junior

Comissão de Patrimônio Cultural do CAU/SP
Maria Rita Silveira de Paula Amoroso (Coordenador), Vanessa Gayego Bello Figueiredo (Coordenadora adjunta), Cassia Regina Carvalho de Magaldi, Carlos Alberto Palladini Filho, Dilene Zaparoli

A relevância da Arquitetura e Urbanismo

Nos últimos meses, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo tem redobrado esforços para aumentar o protagonismo de arquitetos e urbanistas, seja no planejamento do território, seja na geração de emprego e renda. Além de contribuir no campo político, tendo em vista a realização das Eleições 2018.

Uma importante e longa discussão realizada no último período, no âmbito do CAU/SP, culminou com a aprovação de nossa Carta Aberta aos Candidatos. Esse documento, que se aproveita da inteligência e do debate franco e aberto de nossos conselheiros e de vários colaboradores, é uma ferramenta de diálogo – comprometida a trazer contribuições técnicas, apresentando algumas sugestões e reivindicações importantes da nossa categoria para o setor da construção e também para o desenvolvimento nacional.

Composto por 4 eixos centrais – sendo eles: relações interfederativas e regionais e estrutura institucional para questões territoriais; estrutura institucional e integração das políticas territoriais; financiamento das políticas territoriais; e garantia do direito à cidade –, o documento aborda especificamente propostas de políticas públicas para habitação, mobilidade, acessibilidade, patrimônio cultural, saneamento básico e meio ambiente, bem como a ampliação da contribuição dos arquitetos e urbanistas com as políticas territoriais.

Entre os aspectos de destaque da Carta do CAU/SP aos Candidatos podemos destacar a oportunidade de identificar nesse momento o compromisso e anseio na "construção de uma agenda que contemple uma política pública de planejamento territorial inclusivo e integrado, que seja um vetor relevante de um projeto de desenvolvimento do país e do estado e que contribua para tornar cidades justas e sustentáveis", conforme expressado no texto.

Para o Conselho paulista trata-se de garantir o "direito à cidade" para os milhões de nossos cidadãos que habitam um Estado ainda profundamente desigual.

Daia oliver

José Roberto Geraldine Junior
Presidente

CAU aprova Novo Refis para parcelamento de anuidades atrasadas

Para os arquitetos e urbanistas que possuem anuidades de exercícios anteriores do CAU em atraso, foi aprovado um Novo Refis (Refinanciamento de débitos) que permite o parcelamento da dívida em até 25 vezes.

A quantidade de parcelas é gradual, conforme o número de anuidades pendentes, com oportunidade de negociação inclusive para quem ainda está com a anuidade de 2018 em aberto. Todas as informações e condições do Novo Refis estão disponíveis no SICCAU e podem ser acessadas pelos profissionais na seção Ambiente do Arquiteto.

Os profissionais e empresas que se encontram em situação de dívida ativa também podem fazer o parcelamento do débito, mas devem procurar o Conselho para efetivar a negociação.

CAU e IAB lançam Carta Aberta a candidatos nas eleições de 2018

Acervo CAU/SP

Cinquenta e três propostas por cidades mais democráticas e inclusivas estão em uma carta aberta destinada a todos os candidatos nas eleições de 2018.

Essa seleção de ideias é resultado do encontro de arquitetos e urbanistas no "Seminário Nacional de Política Urbana: por cidades humanas, justas e sustentáveis", que aconteceu em São Paulo no mês de julho, organizado pelo CAU/BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil e pelo IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil. As 53 propostas aparecem distribuídas em três eixos centrais, que são: projeto nacional baseado na territorialização das políticas públicas, governança urbana inovadora e democratização da gestão dos territórios. Acesse aqui o material na íntegra (link https://goo.gl/4wXzSe).

Curso de aperfeiçoamento profissional

Acervo CAU/SP

Um curso destinado a informar sobre a emissão de RRT, os registros de acervo técnico e de direito autoral, bem como o Registro de Pessoa Jurídica, reuniu cerca de 50 profissionais na sede do CAU/SP, em São Paulo.

Criado pela Comissão de Exercício Profissional, a partir de uma demanda direta dos próprios profissionais, o curso tem por objetivo ajudar os arquitetos e urbanistas a realizarem com mais eficiência estes processos.

Para a participante Lucíola Souza, o curso foi importante para apresentar os vários tipos de RRT, CAT e RDA. "E também nos mostra como é importante manter nossas atividades e serviços na legalidade e em dia", disse a profissional.

Mais informações sobre datas a como participar, os interessados poderão conferir no site do CAU/SP. Novas edições devem ser realizadas, em breve.

CAU/SP participa de reunião na Fiesp e prepara propostas técnicas

O presidente do CAU/SP, José Roberto Geraldine Junior, participou no mês de julho de uma reunião do Departamento da Indústria da Construção (Deconcic), área da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de SP) dedicada aos temas e preocupações desta cadeia produtiva, na capital paulista. A entidade vai realizar um conjunto de diagnósticos e propostas para combater os problemas do país que será encaminhado aos candidatos às eleições de 2018.

O CAU/SP se propôs a encaminhar suas contribuições técnicas à Federação para alinhar as ações entre as entidades. Soriedem Rodrigues, ex-conselheiro do CAU/SP e atual diretor da Fiesp, comentou a participação do Conselho. "É importante que traga reivindicações e sugestões de seu interesse, sublinhando a importância do CAU/SP na cadeia da construção civil".

Acervo CAU/SP

CAU/SP é premiado em Conferência Nacional dos Conselhos Profissionais

O CAU/SP foi premiado este ano na categoria "Planejamento Estratégico e Relatório de Gestão", durante a 2ª Conferência Nacional dos Conselhos Profissionais, que reuniu cerca de 240 representantes e colaboradores de conselhos profissionais de todas as regiões do país, em Brasília.

Nancy Laranjeira, da Comissão de Planejamento e Finanças (CPFi) e da Comissão de Comunicação do CAU/SP, conta que o Relatório de Gestão para o TCU do CAU/BR foi apontado como o melhor e mais completo relatório dentre todos os conselhos de profissionais no Brasil, em um workshop realizado durante o evento.

No ano passado, na primeira edição desta conferência, o CAU/SP foi premiado em outras duas categorias: "Melhor Edital de Licitação de Serviços Terceirizados" e "Maior Volume Anual de Capacitação para o exercício da função na área de contratações públicas".

Acervo CAU/SP

Da esquerda para direita: o coordenador da CPFi-CAU/SP, Marco Antonio Teixeira da Silva; o presidente José Roberto Geraldine Junior (CAU/SP), Elaine Cristina da Silva, Gerente da Área Administrativa (CAU/SP); Roberto Munuera Reyes, Gerente da Área Financeira (CAU/SP); Lucimara Lucia Floriano da Fonseca, Gerente Geral (CAU/MT); José Rodrigo Lopes Pedro, Gerente Administrativo e Financeiro (CAU/AL); Andrea Maria Paiva do Amaral Noronha, Diretora Geral (CAU/BA); Francilice Pereira dos Santos, Assessora Jurídica (CAU/BA); Mesaque Araujo da Silva, Coordenador de Orçamento e Projetos (CAU/SP).)

Ação do BNDES pode criar oportunidades para arquitetos e urbanistas

Representantes do CAU/SP e do CAU/BR participaram de uma reunião na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio de Janeiro, para discutir oportunidades para expansão do mercado de trabalho de arquitetos e urbanistas, como a possibilidade de incluir os serviços de Arquitetura nas ações relacionadas ao "Cartão BNDES" – um serviço de crédito, disponível em bancos comerciais, que financia os investimentos das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e dos empresários individuais.

O presidente do CAU/SP, José Roberto Geraldine Júnior, e o coordenador da Comissão de Relações Internacionais do CAU/BR, Fernando Marcio de Oliveira, foram recebidos pelo gerente da área de comércio exterior do BNDES, Tiago Toledo, e pela administradora Maria Cristina Ferreira. Uma reunião técnica para detalhamento das propostas deve ser agendada em breve.

Durante a reunião, também foram discutidos os projetos de fomento às estratégias de oferta de serviços de Arquitetura e Urbanismo do Brasil para outros países.

Prioridade no atendimento às denúncias

Acervo CAU/SP

A Comissão de Fiscalização do Conselho adotou como prioridade absoluta o retorno às denúncias encaminhadas pelos arquitetos e urbanistas.

Com essa mudança na rotina de trabalho dos fiscais, as denúncias em aberto, agora, têm de um a dois meses no máximo para retorno, conforme a CF.

A notificação de potenciais irregularidades é simples, sendo feita totalmente através do Sistema de Informação e Comunicação do CAU (SICCAU).

Não é obrigatória a identificação do denunciante. Somente são exigidos os dados de localização da possível irregularidade, tais como CEP, logradouro (rua, avenida etc), número do imóvel, bairro, cidade e UF. Também pode ser anexados imagens e documentos para auxiliar (e agilizar) o trabalho do fiscal.

CAU/SP e CAU/BR discutem ações conjuntas com outros órgãos

Em uma passagem por São Paulo no início de julho, o presidente do CAU/BR, Luciano Guimarães, se reuniu com o presidente do CAU/SP, José Roberto Geraldine Junior, para uma conversa sobre os convênios e atividades conjuntas entre as autarquias.

A proposta de Acordo de Cooperação entre CAU/BR e CAU/SP para ações junto à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que prevê a participação de representantes dos dois Conselhos nas reuniões das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho que elaboram as Normas, foi um dos temas do encontro na sede paulista.

"O CAU pretende qualificar as discussões e subsidiar a elaboração das normas técnicas com a visão e experiência dos profissionais atuantes no mercado da Arquitetura e Urbanismo", diz o presidente do CAU/SP.

Para se aproximar da sociedade

violetkaipa/Shutterstock

Aumentar a colaboração entre governo e sociedade no processo de tomada de decisões é uma das grandes tendências do século 21.

No final de julho, uma comitiva com representantes do CAU/BR e do CAU/PR, CAU/PE e CAU/SP visitaram empresas de Tecnologia da Informação na capital paulista em busca das ferramentas para evoluir o Sistema de Informação e Comunicação do CAU (SICCAU).

Em uma das startups visitadas, os integrantes do Comitê Gestor do Centro de Serviços Compartilhados conheceram um aplicativo para celular que opera na lógica das redes sociais, e que ajuda os gestores urbanos na identificação dos problemas da cidade.

Noutra empresa, a comitiva conheceu soluções tecnológicas para colaboração entre equipes, baseadas em programas de código aberto.

Documento busca interlocução com candidatos no Estado

Acervo CAU/SP

O CAU/SP vai elaborar um documento a ser encaminhado aos candidatos ao governo paulista e à Assembleia Legislativa, aproveitando os debates produzidos em dois seminários recentes organizados pela autarquia.

Em julho, a Comissão de Política Urbana, Ambiental e Territorial (CPUAT) organizou o ciclo de seminários "Diretrizes para uma política urbana, ambiental e territorial para o Estado de São Paulo", reunindo conselheiros, especialistas e autoridades nas dependências do edifício CPI Esplanada, onde está a sede do Conselho na capital paulista.

E em agosto, também na capital, a Comissão Especial de Patrimônio Cultural (CPC) organizou o seu próprio seminário, convidando conselheiros e especialistas para se debruçar sobre os temas urgentes da habitação social e da preservação do patrimônio das cidades.

Nota oficial do CAU/SP sobre o incêndio do Museu Nacional no Rio de Janeiro

No dia seguinte (02/09) à tragédia do Museu Nacional do Rio de Janeiro, na Quinta da Boa Vista, o CAU/SP publicou uma nota contundente sobre o episódio:

"Em chamas, o Brasil amanheceu, mais uma vez, sob o impacto de uma tragédia anunciada. Perde o país e toda a humanidade é abalada. Sobretudo pelo descaso, perde-se parte significativa da identidade cultural brasileira, feita com base na apropriação e valorização de heranças e representada pelas técnicas construtivas de sua Arquitetura, coleções, pesquisas e patrimônio humano.

Nesse sentido, o CAU/SP lamenta novamente vir a público para repetir, à exaustão, que não basta tombar, é necessário conservar.

A precariedade em que se encontram inúmeros equipamentos públicos, patrimoniais e históricos – edifícios, museus, bairros inteiros – torna evidente a falta de compromisso do poder público com a história e a sociedade brasileiras e com o futuro do país."

Confira a íntegra da Nota oficial no site do CAU/SP: www.causp.gov.br

Prefeitura de São José do Rio Preto e CAU/SP avaliam ações conjuntas para fiscalização na região

Atendendo a um convite da Secretaria de Habitação do Município de São José do Rio Preto, aconteceu nesta quarta-feira, dia 22/08, uma reunião entre representantes do CAU/SP e o Prefeito da Cidade, Edinho Araújo. A Secretária de Habitação, arquiteta e urbanista Fabiana Zanquetta de Azevedo, também participou do encontro, que discutiu a formalização de um termo de colaboração para integrar os sistemas de inteligência nos campos de fiscalização. Ainda esteve em pauta a possibilidade de cooperação na assistência técnica para habitação de interesse social e *Building Information Modeling* (BIM).

Acervo CAU/SP

BMPhotolab/Shutterstock

Avanços e impactos da Lei Brasileira de Inclusão na Acessibilidade

A igualdade de oportunidades, a efetiva inclusão social e o Desenho Universal foram alguns dos temas do seminário que discutiu, no início de agosto, os avanços e impactos da Lei Brasileira de Inclusão na Acessibilidade, no Sesc 24 de Maio, no centro da capital paulista.

O Seminário "O Impacto da LBI na Acessibilidade" foi realizado pela Comissão Temporária de Acessibilidade do CAU/SP, com apoio da Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA) da Prefeitura de São Paulo, do Sesc-SP, do Instituto de Arquitetos do Brasil – São Paulo e da Prefeitura de São Paulo.

Durante o evento, foi assinado um protocolo de parceria entre o CAU/SP e a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED).

Profissionais de Cotia analisam o mercado internacional

Um grupo de arquitetos e urbanistas de Cotia-SP que esteve na Semana de Design de Milão, na Itália, visitou a sede do CAU/SP no início de agosto, onde foram recebidos pelo presidente José Roberto Geraldine Junior.

Os profissionais Mariana Meneghisso Pasquotto, Alexandre Pasquotto e Célia Horita conheceram alguns projetos desenvolvidos pelo Conselho, como o Projeto de Internacionalização dos serviços de Arquitetura.

Fruto de convênio entre o CAU/SP e o CAU/BR, o projeto tem como objetivo a capacitação de escritórios de pequeno e médio portes para atuação no mercado internacional.

Durante o encontro, os profissionais de Cotia também fizeram um relato sobre a vivência que tiveram, em abril de 2018, na Feira do Móvel, durante a Semana de Design de Milão (Itália).

ABEA

Aprendendo com pensadores e inovadores da Arquitetura e Urbanismo

A cidade do Rio de Janeiro foi sede do primeiro Seminário Internacional de Ensino de Arquitetura e Urbanismo, CIDADE = UNIVERSIDADE, entre os dias 19 e 21 de julho de 2018, no Museu do Amanhã e no MAR (Museu de Arte do Rio). O Seminário é uma iniciativa da ABEA em parceria com o CEAU, o CAU/RJ e diversas universidades, além de entidades internacionais como o DOCOMOMO (Comitê Internacional para a Documentação e Preservação do Movimento Moderno), a ONU Habitat, o Instituto Niemeyer e o Archiprix, a maior premiação mundial para projetos de estudantes de Arquitetura e Urbanismo.

O CIDADE=UNIVERSIDADE é uma proposta inédita, que reúne três eventos a partir de um pensamento comum: a cidade é a melhor sala de aula para o futuro.

O objetivo foi reunir representantes de governo e sociedade civil com diretores, coordenadores, professores, pesquisadores e estudantes de cursos de Arquitetura e Urbanismo nacionais e internacionais para debaterem o presente e o futuro da formação dos arquitetos e urbanistas perante os desafios do século 21 no Brasil e em diferentes partes do mundo.

O evento teve como palestrantes arquitetos e urbanistas e professores da Argentina, Dinamarca, França, Chile e Brasil com destaques para as vídeo-palestras de Jan Gehl e Christian de Portzampac. Os idealizadores foram os professores diretores da ABEA Wanda Vilhena Freire, Carlos Eduardo Nunes Ferreira e Igor de Vetyemy. O CIDADE=UNIVERSIDADE teve patrocínio do CAU/BR e CAU/RJ além dos apoios das entidades do CEAU/BR e das universidades PUC-Rio, UERJ, UFF, UFRJ, UFRRJ, UNIGRANRIO, UNINTA, UNILASALLE, USU, UNISUAM, UVA.

A cidade do Rio de Janeiro foi declarada Patrimônio Mundial por sua paisagem cultural urbana pela UNESCO em 2016. Em 2020, será a sede do XXVII Congresso Mundial da União Internacional de Arquitetos (UIA 2020 RIO). É candidata a ser a primeira Capital Mundial da Arquitetura. Por isso, o CIDADE=UNIVERSIDADE pretende elaborar, a partir dos seminários de 2018 e 2019, propostas para a cidade do futuro a serem apresentadas na sua edição de 2020.

AsBEA

O Decreto 9.451/18 e o Desenho Universal

Em 26 de julho foi publicado o Decreto 9.451/18, que regulamenta o artigo 58 da Lei Brasileira de Inclusão, L.13.146/15.

O texto contou com a contribuição de grupo de trabalho formado por representantes da AsBEA, Secovi-SP, Abrainc, SindusCon-SP e CBIC junto ao Ministério dos Direitos Humanos.

Este Decreto, que entrará em vigor em janeiro de 2020, inaugura importantes temas de atenção para o exercício projetual do arquiteto, ao estabelecer preceitos do Desenho Universal relativos ao projeto e à construção de edificação de uso privado multifamiliar.

A flexibilidade dos espaços a favor de projetos inclusivos é o grande conceito que deverá estar no foco de atuação dos arquitetos, visando uma população não somente de pessoas com deficiência, mas que envelhece a passos largos a cada ano.

Milton Jung/FlickrCC

IABsp

Júri convocado pelo IABsp seleciona curadoria da XII Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo

Neste mês de setembro o IABsp anuncia a equipe que será responsável pela curadoria da próxima Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, que ocorrerá entre setembro a dezembro de 2019.

O concurso foi um instrumento inédito para seleção de propostas, possibilitando um diálogo ampliado com a comunidade de arquitetos, urbanistas, artistas, pesquisadores e profissionais envolvidos com a área. Sem definir um tema específico, a chamada teve como objetivo receber propostas inovadoras, motivadas pela problematização do campo da Arquitetura e Urbanismo. Foram deferidas 13 propostas, envolvendo cerca de 100 profissionais nas equipes, e selecionadas 4 como finalistas. Foram convocados para o júri os brasileiros André

Corrêa do Lago, Carla Juaçaba, Gabriela Leandro, Marisa Moreira Salles, Thiago de Andrade, Fabiane Carneiro, Marcela Ferreira, Pedro Vada (os três últimos representantes da diretoria do IABsp) e os estrangeiros Adèle Santos (EUA), Gloria Cabral (Paraguay), Lu Wenyu (China), Patricia Anahory (Cabo Verde) e Wang Shu (China).
O resultado final do concurso será divulgado no site do IABsp (http://www.iabsp.org.br/bia)

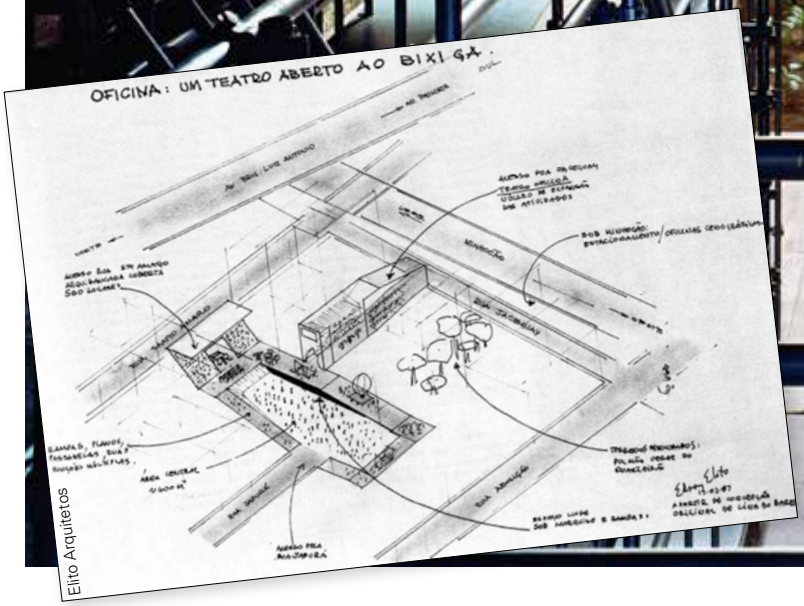
ABAP

Prêmio reconhece trabalhos dos formandos 2017

A Abap – Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas promove a II edição do Prêmio Rosa Kliass. Em 2018, o concurso destina-se a premiar arquitetos e urbanistas que elaboraram seu Trabalho Final de Graduação (TFG) em 2017 em cursos brasileiros devidamente autorizados pelo Ministério da Educação (MEC). Serão elegíveis os trabalhos individuais finais de graduação apresentados no ano de 2017, que contemplam o tema da Arquitetura Paisagística, em qualquer uma de suas escalas. É incentivada a participação conjunta dos alunos e das instituições de ensino. Podem ser enviados dois trabalhos por escola, indicados pelos coordenadores de curso ou de área, através do site premiorosakliass.abap.org.br até o dia 15/09/2018.

A entidade conta com uma nova diretoria, eleita em 13 de julho, que espera contar com a participação ativa dos colegas de profissão. Sua composição:
Presidente: Luciana Bongiovanni Matins Schenk
Vice-presidente: Lígia Teresa Paludetto Silva
Diretor Financeiro: André Graziano
Diretor Administrativo: Gustavo Ramalho Mendes Garrido
Diretor de Relações Institucionais: Lucia Helena Ferreira Moura
Diretor de Comunicações: Gabriel Valentini Francisqueti
Diretor Cultural: Patrícia Pereira Santana

Nelson Kon



Elito Arquitetos

Teat(r)o Oficina

Tombado nas esferas federal, estadual e municipal, o Teat(r)o Oficina – tal como o conhecemos hoje – foi reformado na década de 1980 a partir do projeto dos arquitetos Lina Bo Bardi e Edson Elito. Os primeiros estudos tiveram a participação de Marcelo Suzuki.

Anteriormente residência, quando o grupo Oficina alugou o imóvel, já era um teatro, que foi reformado com projeto do arquiteto Joaquim Guedes. O local pegou fogo em 1966 e depois de uma campanha de arrecadação de fundos foi reconstruído com projeto dos arquitetos Flavio Império, Sergio Ferro e Rodrigo Lefevre.

Apesar de tantas mudanças, o imóvel mantém traços arquitetônicos característicos dos tradicionais casarões do bairro do Bixiga, sendo uma construção italiana do início do século XX, com tijolos maciços e arcos romanos.

Na última reforma, Lina e Elito propuseram a instalação de uma estrutura metálica em ambos os lados do palco de 50 metros, que forma uma passarela da entrada ao fundo do teatro, em composição ao preservado jardim. O projeto elaborado na década de 1984 incorporou uma fonte à área externa. Um janelão de vidro faz a comunicação do teatro com a cidade. "Foram realizadas várias reuniões com o grupo na casa de Lina, e dessas discussões nasceram os conceitos do teatro como ele é hoje, permitindo que o ator esteja totalmente envolvido com o público, que também pode se posicionar de diferentes maneiras, em diversos locais do m esmo ambiente", conta o arquiteto Edson Elito. Em disputa há 38 anos com o Grupo Silvio Santos, o terreno circunvizinho foi visualizado como uma área de uso público, com atividades ligadas à cultura teatral. Em 1987, Elito produziu um croqui (na ilustração) considerando a área livre do entorno como um parque.

"A fachada do teatro se assemelha a um bunker, e o Oficina é realmente um bunker de resistência", conclui ele.

Confira o depoimento do arquiteto e Edson Elito sobre sua participação no projeto.

O desafio de ter jardins suspensos pode valer muito a pena

Arquitetos convidados apontam as vantagens de áreas verdes do teto e laterais de edifícios nos grandes centros urbanos

Os grandes centros urbanos muitas vezes são descritos como a "selva de pedra" onde as pessoas estão sempre atarefadas, sem tempo de sequer olhar para o lado e vislumbrar um pouco da paisagem.

A seção "Em Debate" desta edição apresenta dois artigos sobre os jardins suspensos, tanto na cobertura dos prédios quando nas paredes laterais, discutindo suas principais vantagens, entre elas a melhoria da qualidade do ar e a redução do impacto das ilhas de calor formadas pelas altas edificações.

Os textos apresentados pelos arquitetos convidados pela revista *Móbile* também traçam um panorama histórico, desde os Jardins Suspensos da Babilônia – uma das sete maravilhas do mundo antigo – até o uso de avançadas tecnologias para definir qual o melhor tipo de vegetação e sua instalação nos edifícios.

Os artigos ainda apresentam alguns desafios como o alto custo para implementação de jardins suspensos; a integração com sistemas urbanos, por exemplo, de energia ou mobilidade; e a necessidade de um maior engajamento de governantes, arquitetos e até do cidadão comum.

areeya_ann/Shutterstock

E a tua parte, cidadão?

Por André Graziano

Arquivo pessoal

BabyRhino/Shutterstock

Martchan/Shutterstock

Há uma história sobre um incêndio na floresta em que um pequeno beija-flor seguia do regato até o fogo, já de grandes proporções, com uma gota de água no bico e a soltava junto às flamas. Ele repetia essa ação enquanto os outros animais fugiam em sentido contrário. Até que um cervo ou javali, indagou o beija-flor se acaso ele estaria querendo apagar o fogo com uma única gota de água. O passarinho teria respondido a ele que jamais conseguiria isso, mas que julgava estar fazendo a sua parte no combate ao incêndio.

Atualmente, a existência de jardins suspensos nas metrópoles lembra aquele beija-flor da floresta. São poucos frente ao universo urbano, mas simbólicos e performáticos. É sabido que seu custo de implantação e, muitas vezes, de conservação ainda é alto frente às soluções convencionais, mas um bom projeto e, consequentemente, uma boa escolha de plantas a serem utilizadas, pode deixar vantajoso seu custo/benefício em virtude de sua adaptação ao ambiente e bons índices de desenvolvimento da vegetação.

Paredes verdes e jardins em coberturas são excelentes amenizadores de calor, visto que a vegetação utiliza a luz do sol em seus processos fotossintéticos,

> "Paredes verdes e jardins em coberturas são excelentes amenizadores de calor"

impedindo que a irradiação se propague em demasia. Como parte do processo de crescimento, a vegetação fixa carbono em seus caules, raízes, folhas e flores e ajuda a retirar do ar significativa parcela de dióxido e monóxido de carbônico, outro fator que minimiza os efeitos das ilhas de calor nos grandes centros urbanos. A capacidade da vegetação em limpar o ar não está restrita ao CO e ao CO2, mas se estende a diversos componentes químicos que estão em suspensão no ar das metrópoles, como dióxidos de enxofre e de nitrogênio, chumbo, entre tantos outros elementos que a poluição de veículos e outros motores despeja nas cidades diariamente.

Mais recentemente, com a maior exposição de bons exemplos internacionais e do uso de jardins suspensos com obras icônicas de grandes nomes da arqui-

tetura, como Jean Nouvel, Renzo Piano e Norman Foster, terraços, paredes e coberturas recobertas de plantas ampliaram o debate sobre sua utilização como elementos arquitetônicos. Nomes como Patrick Blanc e George Hargreaves passaram a constar no noticiário internacional, muito além dos periódicos especializados.

Existe uma positiva associação das pessoas com a retomada da ideia de natureza dentro das cidades, visto que tais jardins geram sensações de deleite e conforto muito maiores que o concreto e outras alvenarias, promovendo novos vislumbres na paisagem da cidade. Tais jardins ainda podem estar associados com usos terapêuticos, funcionais e de lazer, criando hortas, pequenos pomares e espaços criados para confraternização, como vem ocorrendo com edificações recentes no Brasil e em tantos outros países. Seu emprego nos projetos vale pontos nas agências de certificação ambiental de edificações, como o Leed/GBC e o Aqua/HQE, sendo um novo incentivo a arquitetos e paisagistas, em especial com a participação de outros profissionais em suas equipes, como biólogos, ecólogos e agrônomos.

Os órgãos públicos são ainda resistentes a produzir incentivos fiscais e políticas públicas que motivem a criação de jardins urbanos, sejam nas coberturas ou nas paredes das edificações, seja na simples ampliação da permeabilidade de lotes urbanos (quebrando quintais cimentados), cujos benefícios nos grandes centros seriam enormes, em especial no que se relaciona com a drenagem superficial e a amenização da temperatura. Mas assim o são também com novas formas de produção de energia elétrica, de arte urbana e de mobilidade. Há muito o que se cobrar junto aos representantes eleitos, pelo bem de todos, mas também a se cobrar do vizinho, do taxista, dos filhos e de si mesmo.

No dia em que as temperaturas nos grandes centros não alcançarem as maiores amplitudes térmicas desde a madrugada ao pôr do sol, que não existirem mais os frequentes alagamentos em dias de chuva forte e que a qualidade do ar esteja sempre excelente, os jardins suspensos, as praças e os parques, as árvores das ruas e mesmo vasos das residências e escritórios passerão a ser vistos como belas e pequenas partes de um sistema que procura nos tornar mais atuantes como cidadãos e mais saudáveis como pessoas. Talvez seja, enfim, o descanso do beija-flor.

André Graziano, arquiteto paisagista, é responsável pela Licuri Paisagismo, Conselheiro da Associação Paulista Viva e Diretor Financeiro da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas – ABAP(2018-2019). É Diretor de Sustentabilidade da Pedra Verde Saneamento Ambiental e Obras e Diretor de Inovação da Urbancare – Criatividade Urbana.

Arquivo pessoal

O limite com o céu deve ser verde

Por Marcelo Vassalo e Inna Mascarin

"Desde os tempos mais antigos o homem quis subir nos telhados." (Le Corbusier, 1927).

Assim que o tema dos jardins suspensos surge em pauta são os Jardins Suspensos da Babilônia que vêm à mente, como uma associação inevitável, ao se recordar a poesia que essa narrativa traz: construído para encantar e, principalmente, representar as

paisagens que a pessoa amada tinha em sua infância. Ao longo da história é possível observar na construção dos terraços suspensos alguns princípios e conceitos norteadores utilizados na elaboração de nossas paisagens: o estético, o tecnológico e o efêmero.

Nota-se o viés estético partindo do mito dos Jardins Suspensos da Babilônia, transitando por Roma (destaque para os Mausoléus de Augusto e Adriano) e casos pontuais na Idade Média, Barroco, Renascença e Rússia Czarista. A questão tecnológica vem desde os vikings e sua preocupação com o conforto térmico; cruzando a superação do desafio da cobertura plana com impermeabilização, através do sistema desenvolvido por Samuel Häusler, em 1839. O tema da cobertura verde ganha amplitude em 1927, com Le Corbusier e seus cinco pontos da nova arquitetura, uma vez que o toit-terrasse se apresenta como uma estratégia para conservação da laje com uso da sua vegetação; e o efêmero também pode ser identificado, quando este espaço é considerado o lugar da casa mais distante do ruído da rua, propiciando recreação e ar mais puro, além de um diálogo mais próximo com o céu. Na década de 1970, com origem na Alemanha, se abre mais uma possibilidade para o terraço jardim: a agricultura urbana, explicitando o potencial multifuncional que o uso da vegetação nos proporciona.

Atualmente, ao notar-se o fenômeno da urbanização, com o crescimento desordenado das cidades e a pressão habitacional, ocorrendo como uma tendência mundial; os jardins suspensos se apresentam como uma ótima solução para conservar e proporcionar o verde em nossas cidades, criando um elo genuíno entre as paisagens construídas com as paisagens naturais. Pois do lado ambiental, as coberturas vivas melhoram o clima urbano reduzindo o efeito de ilha de calor; proporcionam a economia de energia, ao diminuir o uso de condicionamento artificial; diminuem a poluição atmosférica com o sequestro de carbono e diversos poluentes; ajudam na gestão das águas pluviais, reduzindo os picos de vazão; e proporcionam o aumento da biodiversidade, ao se tornar refúgio para diversas espécies, principalmente, a avifauna.

> "É dever do arquiteto paisagista contribuir para a construção de paisagens urbanas e edificações mais resilientes"

No entanto, estudos e normativas se fazem necessários para conservar e implantar a vegetação nas cidades, orientando para que as áreas ajardinadas elevadas façam parte de um sistema de drenagem urbana possibilitando, inclusive, o tratamento da qualidade da água antes de ser infiltrada ou direcionada para algum sistema de escoamento ou armazenamento. Hoje, há o incentivo na quota ambiental para utilização de coberturas verdes, mas faltam diretrizes adequadas, apontando quais as características e composições que esses sistemas devem ter e quais índices que devem atender, quanto ao volume desejado de retenção, a velocidade de escoamento das águas pluviais, a composição dos substratos, e a utilização de mantas e impermeabilizantes.

Por fim, vale ressaltar, é dever do arquiteto paisagista contribuir para a construção de paisagens urbanas e edificações mais resilientes, além de tornar nossas cidades mais biofílicas, integrando os sistemas biológicos (humanidade, paisagem, alimento, água e resíduos) com os sistemas urbanos (energia, economia, mobilidade, infraestrutura e tecnologia), sempre conectados com a estética, a tecnologia e o efêmero, pois desta forma estaremos mais preparados para o enfrentamento das crises geradas pelo fenômeno da urbanização, agravadas pelos fatores relacionados às mudanças climáticas. Logo, os jardins suspensos resgatam e explicitam os valores naturais, além de definir um novo limite com o céu e que este seja verde!

Marcelo Vassalo e Inna Mascarin são Arquitetos da Paisagem do escritório Marcelo Vassalo Arquiteto da Paisagem

Nelson Dupré

Idealismo e trabalho duro

FOTOS: DUPRÉ ARQUITETURA E COORDENAÇÃO

Aos 71 anos de idade, o premiado arquiteto Nelson Dupré é o artífice por trás de restaurações importantes e de prédios industriais inovadores

Nelson Carlos Lauson Dupré é exemplo de sucesso na carreira de Arquitetura e Urbanismo e uma referência quando se fala em obras e restauros de grande porte. Sem hesitar, ele aponta a Sala São Paulo como seu trabalho favorito. "A essa obra devo o primeiro prêmio da minha carreira", esclarece, lembrando também que a transformação da antiga estação ferroviária Júlio Prestes em sala de espetáculos é o trabalho mais premiado de sua trajetória profissional.

Idealista, ele afirma: "Sempre quis que as nossas obras, como o restauro do Teatro Municipal e a inauguração da Sala São Paulo, contribuíssem para conter a degradação do entorno e ajudassem a devolver a cidade para a população".

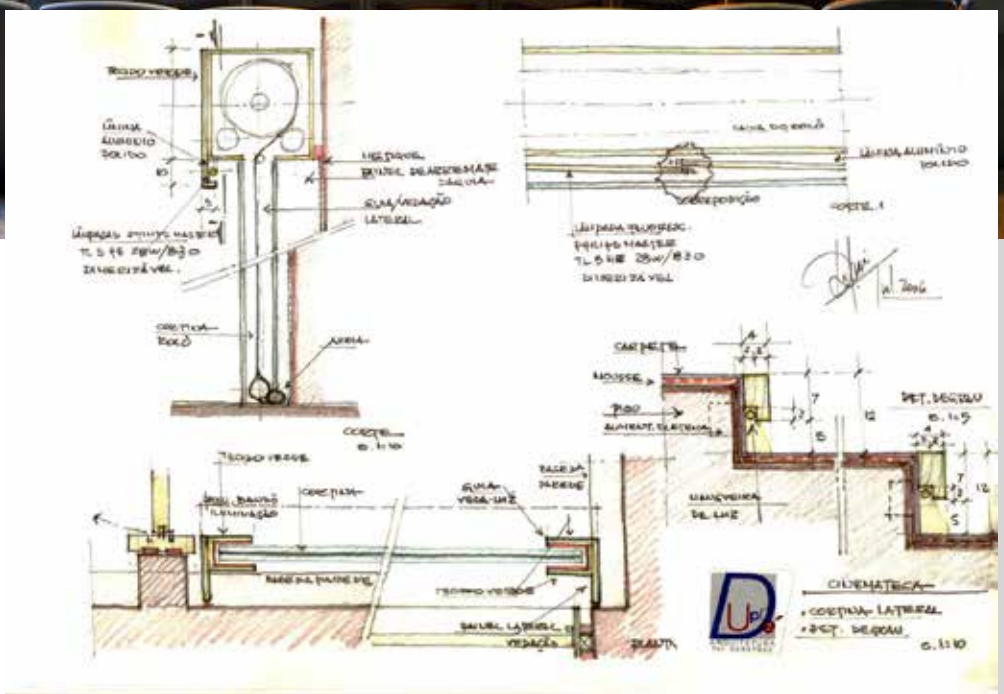
Além da sala de concertos na capital paulista, Dupré elenca outros trabalhos importantes, como a conversão do antigo matadouro de Vila Mariana em Cinemateca Brasileira; o Teatro Municipal; o Hospital de Sapopemba; o Museu Biológico do Instituto Butantã; e diversos projetos de edifícios industriais.

Formado em Arquitetura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1973), onde leciona até hoje, e Diretor da Dupré Arquitetura & Coordenação S/S Ltda., recebeu da mesma instituição de ensino o título de Doutor por "Notório Saber" em 2013.

Nesta entrevista, concedida no seu escritório, situado em Pinheiros, zona Oeste de São Paulo, Nelson Dupré fala das influências que teve do pai – o também Arquiteto Allen Dupré – e do sogro, que ajudou a custear seus estudos. Analisa também aspectos pessoais da vida, sua carreira, e os projetos que fez – e aqueles que estão nascendo agora.

Como surgiu o seu interesse pela Arquitetura?

Meu pai era projetista de arquitetura numa época em que a formação universitária não era de fácil acesso – principalmente para quem não tinha um alto poder aquisitivo. Eu me encantei com



Cinemateca Brasileira

1

> Sempre busquei ter um bom conhecimento sobre Engenharia. Eu me permitia fazer proposições audaciosas porque tinha certeza de que não haveria riscos"

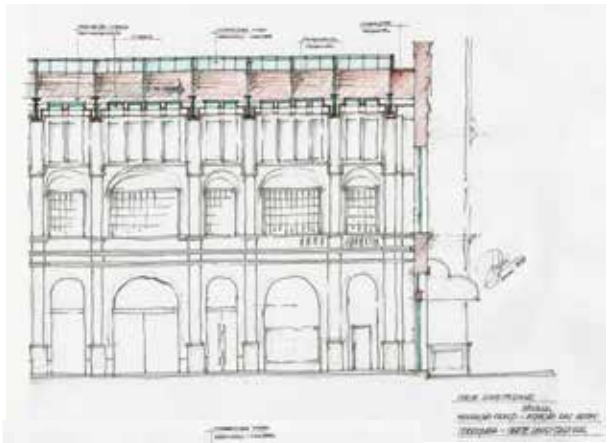
os desenhos dele desde pequeno – sou o segundo de uma família de seis filhos, e o único que se tornou arquiteto.

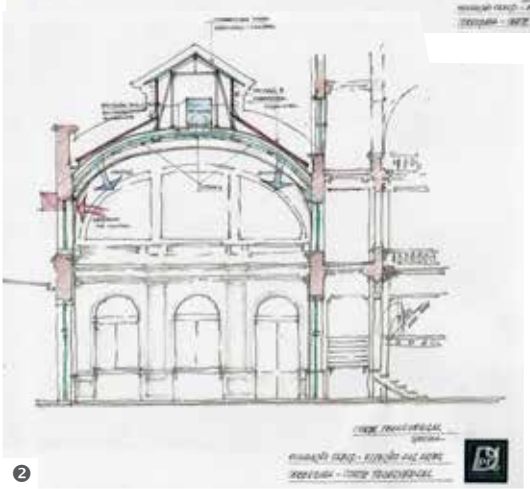
Seu pai apoiou essa escolha?

Inicialmente, não. Ele achava que seria melhor eu seguir Engenharia. Mas, quando chegou a época de prestar vestibular, eu optei pela Arquitetura e ingressei no Mackenzie em 1967 – que era justamente a faculdade que eu queria cursar, por ter seu curso mais focado na realização do edifício do que a escola da USP, por exemplo.

E como foi o início da sua carreira?

No primeiro ano de faculdade, eu consegui meia bolsa. Mas, depois, precisei me virar, trabalhar à noite, dar aulas particulares, enfim – encontrar maneiras de pagar as mensalidades, porque o curso era integral de segunda a sexta e meio período aos sábados. Meu sogro me ajudou muito. Eu me casei no quinto ano da faculdade, com uma colega de curso. Depois de um mês, percebi que não daria conta de pagar meus estudos e também o aluguel, a comida, enfim, as contas normais de um casal. Decidi, então, parar o curso, e deixar que minha esposa se graduasse antes de mim. Mas o pai dela, que era metalúrgico, soube e fez questão de pagar meus estudos. Eu me formei graças a ele. Logo em seguida, arranjei estágio na Botti Rubin. Aliás, ainda na faculdade, eu havia decidido que, para me tornar um bom arquiteto, eu teria de passar por pelo menos três escritórios de arquitetura: o de Rino Levi, a Croce Aflalo & Gasperini (hoje, Aflalo/Gasperini) e a Botti Rubin Arquitetos.





❶ Sala São Paulo, na antiga Estação Júlio Prestes

❷ Corte Transversal da Sala São Paulo

E conseguiu?

Em dois deles, sim. Na minha passagem pela Croce Aflalo & Gasperini, antes de me formar, trabalhei próximo ao Plínio Croce, fazendo detalhes técnicos. Na Botti Rubin, permaneci por quase 16 anos. Saí apenas em 1985 para montar o meu próprio escritório, voltado a projetos de médio e grande porte, nos quais eu poderia aplicar de maneira adequada o meu conhecimento, a minha experiência e formação, grande parte lá ou adquiridos, ou aprimorados.

E como foi o início em seu escritório?

Logo no começo, fiz o Hospital de Sapopemba, com a Método Engenharia. A parceria deu tão certo que, pouco depois, em 1987, fizemos juntos o restauro do Teatro Municipal de São Paulo. Nesse projeto, eu já tinha a maturidade necessária para defender algumas coisas, como a retirada de uma parte das laterais das fundações da entrada principal do teatro, o que nos pemitiu obter um subsolo inteiro de ocupação, com mais de 800 metros quadrados; transformar a área sob a cúpula do Teatro em sala de dança e instalar elevadores na estrutura existente. Isso foi possível porque sempre busquei ter um bom conhecimento sobre Engenharia. Ou seja: eu me permitia fazer proposições audaciosas porque tinha certeza de que não haveria riscos. Essa obra foi importante sob muitos aspectos – inclusive, por me permitir inaugurar uma nova frente de trabalho, focada no restauro.

Seu escritório também é reconhecido por projetar prédios industriais, correto?

Sim, e ao contrário do que possa parecer inicialmente, o trabalho com prédios industriais tem tudo a ver com a atividade de restauro. Explico: ambos são trabalhos que envolvem muita engenharia e são *low profile*, e isso combina comigo. Afinal, o restauro devolve a evidência ao arquiteto que criou o projeto original, e não ao responsável pela restauração; de maneira semelhante, o edifício industrial coloca a companhia em evidência, e não o arquiteto que fez o projeto.

O senhor poderia citar alguns exemplos de edifícios industriais realizados pela sua empresa?

Fiz vários projetos, e um deles foi a Coca-Cola, em Jundiaí (SP). Essa obra foi inovadora por instituir o modelo gerencial de rodizio de funcionários na empresa e por ser constituída por edificações isoladas, uma delas, a xaroparia e uma vitrine visitada pelo público (recebe a matéria-prima do fornecimento externo), está interligada com a unidade de retornáveis (local em que ocorre o engarrafamento e a armazenagem) por meio de um "pipe-rack" (linha aérea de tubulações para suprimentos líquidos), que possibilita o deslocamento do produto por gravidade, uma inovação para essa indústria naquele momento.

Além disso, passarelas aéreas envidraçadas interligam as áreas de administração e de produção, algo muito importante para atender a uma demanda do cliente, que desejava tornar a nova fábrica de fácil visitação para os visitantes externos.

Qual é a sua obra favorita?

A Sala São Paulo. A essa obra, devo o primeiro prêmio da minha carreira, o "USITT Architecture Award 2000 - Honor Award", conferido pelo United States Institute for Theatre Tecnology. Aliás, a Sala São Paulo é a obra mais premiada da minha carreira, tanto por ter restaurado a antiga estação Júlio Prestes, convertendo-a em sala de espetáculos, quanto pela introdução de novas tecnologias (o forro móvel) e pela inserção de nova arquitetura nesse projeto. O Em todas as minhas obras de restauro, preservo as características originais das edificações – e, na medida em que introduzo a minha própria arquitetura num restauro, eu faço com que ela não "brigue", mas "subsidie" a arquitetura original. Faz parte dela mas dela pode ser destacada visualmente.

O senhor também foi premiado pelo projeto do Museu Biológico do Instituto Butantã. Poderia comentar um pouco sobre essa obra?

Ali, o desafio consistiu em trabalhar no que originalmente era uma cocheira. Nosso projeto foi elaborar terrários que permitissem a exposição de animais vivos. Foi o primeiro museu do mundo com essa características. Ali, tivemos o cuidado de reproduzir os habitats originais dos animais expostos, garantindo a cada um deles, seu clima adequado, com a temperatura e ventilação necessárias, e a iluminação com a quantidade de radiação ultravioleta necessária a cada um deles. No final do projeto, na saída do Museu, há um mini-hospital veterinário para atendimento dos animais expostos, dotado de um parlatório que permite a interação do público com o profissional que esteja trabalhando naquele espaço. Também tomamos o cuidado de fazer uma comunicação visual eficaz para todo o conjunto.

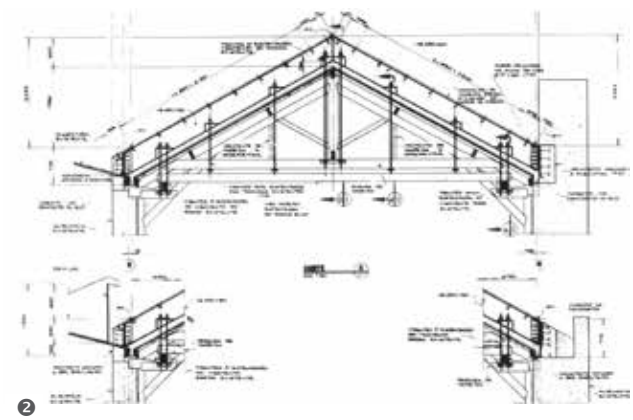
> "Na medida em que introduzo a minha própria Arquitetura num restauro, eu faço com que ela não "brigue", mas "subsidie" a Arquitetura original"

❶ Museu Biológico do Instituto Butantã

❷ Coca-Cola, em Jundiaí (SP)

E a Cinemateca Brasileira? Como foi transformar um antigo matadouro em cinema de alto padrão?

Por se tratar de uma cinemateca, nossa principal preocupação foi garantir que, ali, todos os formatos de filme poderiam ser projetados. Para o projeto da Sala Petrobrás, as características da arquitetura original, que incluem paredes de tijolos aparentes e vãos com arcos fechados com vidros, foram preservadas. Para o condicionamento acústico da sala, usamos cortinas elaboradas especialmente para essa finalidade. Assim, quando o filme vai ser projetado, as cortinas não se abrem, mas baixam com grau de



❶ Teatro Municipal

❷ Corte do Teatro Municipal

inclinação de cinco graus – o objetivo é evitar o *flutter*, isto é, a reverberação que poderia prejudicar a acústica. As cadeiras estão dispostas de modo a atender as normas internacionais de cinema convencional quanto às angulações horizontais e verticais versus a tela.

De que forma a revitalização do patrimônio arquitetônico da cidade pode ajudar a refrear a degradação do entorno?

Esta é uma pergunta de difícil resposta. A Arquitetura é uma profissão de idealistas. Então, quando comecei a trabalhar na restauração do Teatro Municipal, em 1987, eu acreditava que aquela obra devolveria ao Centro da cidade o nível de excelência perdido. Dez anos depois, quando fui fazer a restauração da Estação Júlio Prestes, imaginei que aquela obra, aliada às restaurações da Pinacoteca, do Museu de Arte Sacra e da Estação da Luz, que estavam acontecendo simultaneamente, criaria o que, na época, comecei a chamar de "Promenade das Artes". Enfim, pensei que isso tudo mudaria o perfil da região... Mas, infelizmente, faltam ações sociais e de saúde pública que erradiquem o principal problema dali, representado pela Cracolândia.

Conte-nos um pouco sobre os projetos em andamento.

Temos projetos elaborados para o Hospital A. C. Camargo, voltados à restauração do prédio principal (projeto Rino Levi – 1947) e ao tratamento do restante das edificações de todo o complexo hospitalar. Estamos fazendo um projeto para a Amazul (empresa da Marinha), prédio que sediará a equipe responsável por desenvolver o submarino nuclear brasileiro. Esse é um projeto que me motiva: será todo envelopado em aço corten, telado em aço inox e realizado de acordo com os princípios de sustentabilidade que norteiam todos os projetos do nosso escritório. Aliás, esse é um ponto importante do nosso trabalho: as obras que realizamos para a Leroy Merlin, para a Sicoob Credicitrus por exemplo, são todas dotadas de Certificação Aqua (primeira norma brasileira para certificação de construções sustentáveis), assim como a sede administrativa da Credicitrus, localizada na cidade de Bebedouro (SP). Essa construção tem arquitetura horizontalizada, integrada ao entorno, e é dotada de amplas áreas verdes. Foi a primeira instituição bancária do Brasil a receber o selo de alta qualidade ambiental.

Nossas cidades pedem socorro!

CARTA-ABERTA AOS CANDIDATOS NAS ELEIÇÕES DE 2018

Nossas cidades pedem socorro, o Brasil tem competência técnica para tratar dos problemas urbanos e não faltam planos ou leis para tanto. No entanto, é imperativo implementá-los, o que exige uma assertiva decisão política para colocar em prática uma reforma urbana baseada na função social da cidade prevista na Constituição de 1988 e regulamentada pelo Estatuto da Cidade.

Com esse objetivo, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil e o Instituto de Arquitetos do Brasil lançaram a "Carta Aberta aos Candidatos nas Eleições de 2018 pelo Direito à Cidade".

O documento apresenta 53 propostas para um Planejamento Urbano Solidário e Inclusivo, baseado em um plano nacional de desenvolvimento social e econômico e atrelando a ocupação do território nacional à economia, descentralizando as definições das políticas regionais e locais e com uma maior participação popular nas discussões quem afetam a vida urbana.

Confira a Carta Aberta do CAU/BR e do IAB em
www.caubr.gov.br

CAU/BR Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL

Nova era na Arquitetura

Os impactos, os custos e as vantagens do BIM, a solução tecnológica que possibilita acompanhar toda a vida útil de uma obra, projetá-la em 3D desde sua fase inicial e prever todos os detalhes

Chaay_Tee/Shutterstock

Mais rapidez na execução de projetos, menos desperdício, integração eficiente do fluxo de trabalho – estes são alguns dos benefícios apontados pelos arquitetos que já aderiram ao *Building Information Modeling* – ou, simplesmente, "BIM".

Mas afinal o que é esse novo processo de trabalho?

"O BIM, ou Modelagem da Informação da Construção (NBR/ISO 12006-2:2010), é um processo de produção, uso e atualização de um modelo de informações digital paramétrico da edificação que se estende a todo o seu ciclo de vida", explica Miriam Addor, conselheira do CAU/SP. "O modelo é orientado ao objeto (porta, parede, janela) e não mais à geometria (linhas que compõem as peças geométricas)", acrescenta a aquiteta.

Ela ressalta que, além de informações sobre os objetos que compõem a construção, o modelo pode conter diversas informações também não geométricas, referentes a aspectos como desempenho, tipologias e outros. "Em resumo, o BIM pode abranger todas as disciplinas envolvidas em um empreendimento", afirma. "Com isso, pode-se utilizá-lo para se obter dados geométricos, de planejamento, de quantificação, de simulações térmicas, acústicas, inclusive depois da obra construída. Pela grande amplitude em que este processo pode atuar, ele deve causar muitos impactos em toda a cadeia produtiva e, para tanto, muitas formas atuais de trabalho deverão ser revistas ou alteradas", ela afirma.

"O fator de maior importância para a adoção do BIM pelos arquitetos é o uso racional dos insumos da construção civil", acredita Adelino Fontana Júnior, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Ambiental do Centro Universitário Barão de Mauá – onde ministra aulas com ênfase em informática aplicada, topografia e introdução aos conceitos de modelagem BIM. "Além disso, o BIM oferece modelos 3D parametrizados de fácil consulta, tanto no que concerne à criação de documentação consolidada e automatizada de vistas de plantas, cortes e elevações, quanto na quantificação destes insumos, permitindo que se elabore um projeto muito mais assertivo", afirma. "Desse modo, o BIM potencializa o trabalho do arquiteto, que, no processo convencional via CAD, perde tempo demais com a parte referente à documentação, restando-lhe menos espaço para criar. No ambiente BIM, essa situação é inversa, o que tende a se refletir no ganho de qualidade dos projetos", assinala o professor, que

Panchenko Vladimir/Shutterstock

utiliza o BIM em seu escritório desde 2011.

Solução desejada há quatro décadas

Segundo Miriam Addor, o BIM é pesquisado desde 1975. Mas foi apenas em 1992 que o termo *Building Information Modeling* apareceu pela primeira vez. "Os softwares que dão suporte ao BIM surgiram na década de 80", informa. "Vejo esse novo processo de trabalho como resposta à evolução das nossas necessidades. A forma antiga de projetar, quantificar, orçar, construir e manter uma edificação não bastam para que obtenhamos os melhores resultados", prossegue. "Precisávamos de um processo no qual as informações fossem mais confiáveis e o desperdício menor".

A arquiteta e urbanista destaca ainda que o primeiro passo para aproveitar plenamente o potencial do BIM é definir as necessidades principais do usuário: "Para o contratante, por exemplo, o BIM poderá servir, preferencialmente, para evitar erros e prever os resultados de

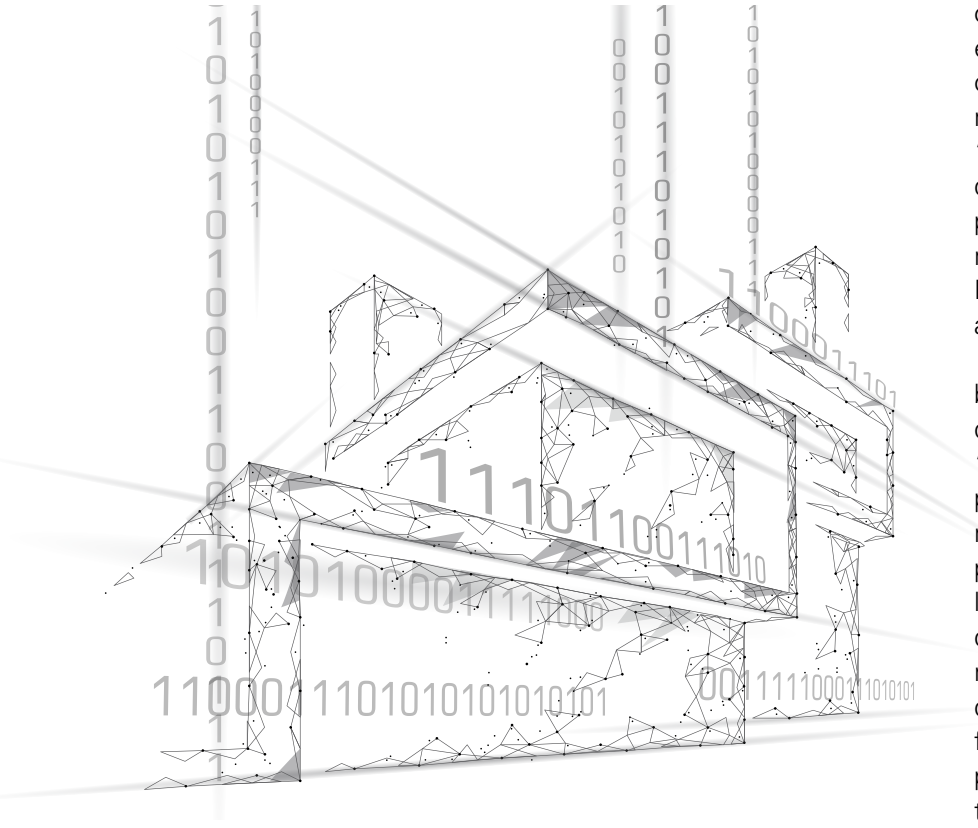
eventuais alterações na obra. Mas, para o projetista, talvez o BIM interesse, sobretudo, por sua capacidade de antecipar problemas, favorecer que se visualizem as possíveis soluções e gerar uma documentação confiável", diz Miriam.

Capacitação é tudo

Desde 2014, a arquiteta e urbanista Heloísa Dabus tentava implantar o BIM em seu escritório. "Gosto das novidades tecnológicas e da possibilidade de otimizar resultado por meio do uso de novas ferramentas", esclarece. Ela conta, entretanto, que encontrou alguma resistência na equipe, habituada à utilização do mesmo software havia mais de 20 anos.

Hoje, todos os projetos passam pelo BIM, e Heloísa explica que o funcionário não precisa chegar à empresa sendo um *expert* no uso da ferramenta. "Basta ter alguma familiaridade e, claro, disposição para aprender", diz.

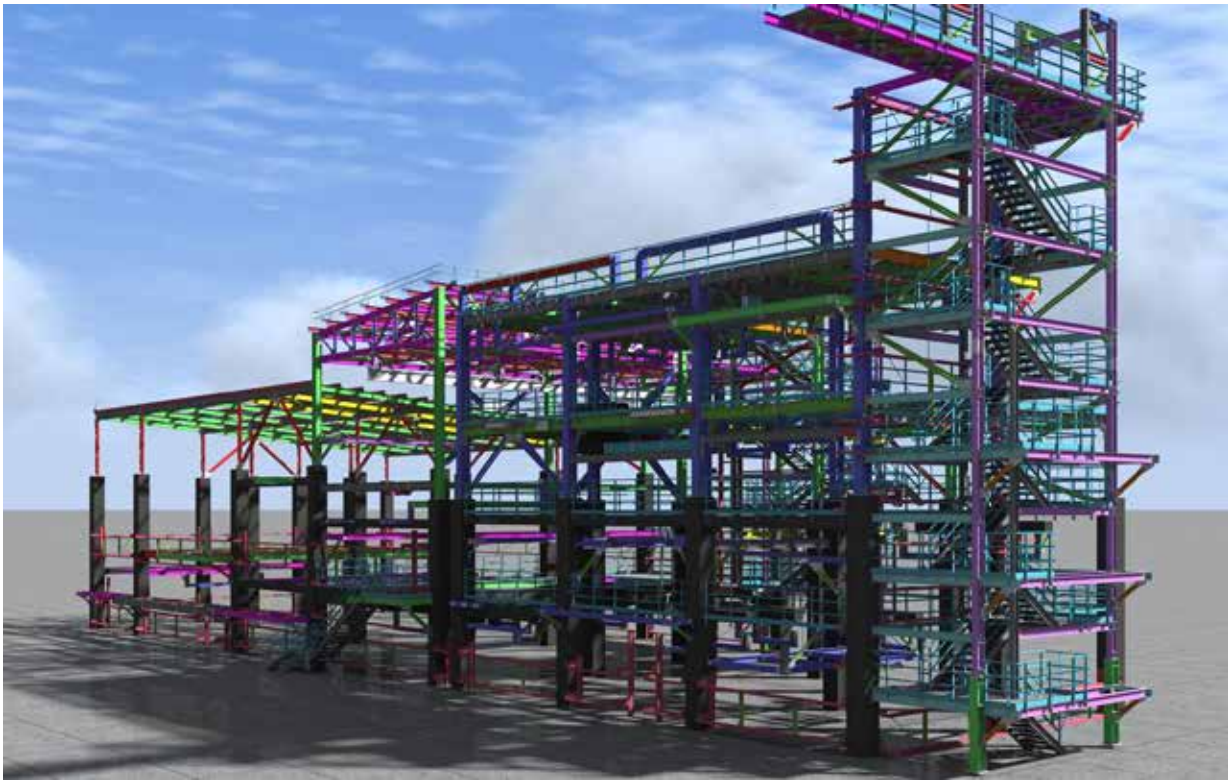
Miriam Addor ressalta que os profissionais já graduados podem se capacitar de várias formas. "Há muita literatura onde se aprende o conteúdo de BIM, diversos papers produzidos por alunos de mestrado e doutorado pelo mundo todo. Há cursos de especialização em BIM presenciais e Ensino a Distância (EAD), além de manuais produzidos por entidades nacionais, como a Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (ASBEA), que produziu, até o momento, dois fascículos de como preparar um escritório de Arquitetura para trabalhar em BIM", ela informa. "Com relação às ferramentas para operacionalização dos modelos tridimensionais (*software*), pode-se também encontrar muitos tipos de treinamento. Mas nada se compara à expertise conquistada no dia a dia de exercício profissional", finaliza a arquiteta.



Integração da cadeia

Um dos principais desafios enfrentados pelos escritórios que já estão trabalhando com o BIM consiste na dificuldade em encontrar fornecedores e parceiros que também trabalhem com o software. "Essa integração entre todos os elos da cadeia construtiva seria o melhor dos mundos", declara Heloísa Dabus. "Poderíamos ver tudo completo desde as etapas iniciais de cada projeto: visualizaríamos os materiais, o acabamento, o mobiliário. Mas os fornecedores ainda não abraçaram essa causa", lamenta.

Um dos motivos para essa baixa adesão pode ser o custo de implantação da ferramenta. "De fato, precisamos de computadores bons, com pelo menos 16 GB de memória RAM e placa de vídeo excepcional", relata. "Há, ainda, a necessidade de pagar mensalmente pela manutenção do uso do *software*. É, de fato, um investimento significativo, mas largamente compensado pelo ganho de produtividade. Cortamos pela metade



KRAUCHANKA HENADZ/Shutterstock

o tempo gasto em cada projeto", explica Heloísa.

A arquiteta e urbanista também afirma que o uso do BIM é "um caminho sem volta", e que os escritórios que já estão se adaptando à nova tecnologia tendem a ficar em posição mais vantajosa no mercado. "Quem não aprender a lidar com esse novo universo será excluído", ela acredita.

Miriam Addor concorda: "Todos os profissionais e escritórios devem sempre buscar a atualização profissional. Hoje, é muito grande a velocidade com que as mudanças e disrupções estão se instalando. Um novo processo de trabalho, como o BIM, exige muito estudo, investimento e preparo para implementação". De acordo com a arquiteta e urbanista, o Decreto presidencial 9.377, que criou a "Estratégia Nacional de Disseminação do *Building Information Modeling*", é prova inequívoca de que o BIM veio para ficar. "Além disso, a criação de normativas para compras e licitações públicas em BIM já é uma realidade", ela observa. "A Biblioteca Nacional BIM também. Desde 2010, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) já tem sua primeira norma BIM publicada. Trata-se da ABNT ISO 12006-2:2010, que contém sete partes dispostas na ABNT NBR 15965", relata.

De acordo com Miriam Addor, é evidente que o mercado privado e o poder público estão se articulando para transformar o processo BIM em "elemento indispensável ao exercício do ciclo de vida de uma edificação, e não só ao projeto de Arquitetura".

Uma tecnologia global

"Ao redor do mundo, o que se observa é o movimento dos governos na regulamentação e normatização da metodologia", afirma Adelino Fontana. "Na maioria dos países, a tecnologia está em fase de implementação. E, neste

> "Quem não aprender a lidar com esse novo universo será excluído"

Decreto presidencial acelera adoção de ferramenta

Assinado em 17 de maio de 2018, o Decreto presidencial Nº 9.377 instituiu a Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling. O texto estabelece que a Estratégia BIM BR tem os seguintes objetivos específicos:

"(...)

I - difundir o BIM e seus benefícios;

II - coordenar a estruturação do setor público para a adoção do BIM;

III - criar condições favoráveis para o investimento, público e privado, em BIM;

IV - estimular a capacitação em BIM;

V - propor atos normativos que estabeleçam parâmetros para as compras e as contratações públicas com uso do BIM;

VI - desenvolver normas técnicas, guias e protocolos específicos para adoção do BIM;

VII - desenvolver a Plataforma e a Biblioteca Nacional BIM;

VIII - estimular o desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias relacionadas ao BIM; e

IX - incentivar a concorrência no mercado por meio de padrões neutros de interoperabilidade BIM.

(...)"

O Decreto também institui o Comitê Gestor da Estratégia BIM BR - CG-BIM, com a finalidade de implementar a Estratégia BIM BR e gerenciar suas ações:

"(...)

Art. 4º São atribuições do CG-BIM:

I - definir e gerenciar as ações necessárias para o alcance dos objetivos da Estratégia BIM BR;

II - elaborar anualmente seu plano de trabalho, que conterá cronograma e estabelecerá as ações prioritárias para o período;

III - atuar para que os programas, os projetos e as iniciativas dos órgãos e das entidades públicas que contratam e executam obras públicas sejam coerentes com a Estratégia BIM BR;

IV - promover o compartilhamento de informações e analisar o impacto das iniciativas setoriais relacionadas a BIM, com vistas à harmonização e à promoção de eficiência e sinergia entre as ações dos órgãos e das entidades públicas;

V - acompanhar e avaliar periodicamente os resultados da Estratégia BIM BR e subsidiar as atividades de articulação e de monitoramento de programas de governo da Presidência da República, quando solicitado;

VI - articular-se com instâncias similares de outros países e dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - expedir recomendações necessárias ao exercício de sua competência;

VIII - deliberar sobre a atualização e a revisão periódica da Estratégia BIM BR;

IX - opinar sobre temas relacionados às suas competências; e

X - elaborar e aprovar seu regimento interno.

(...)

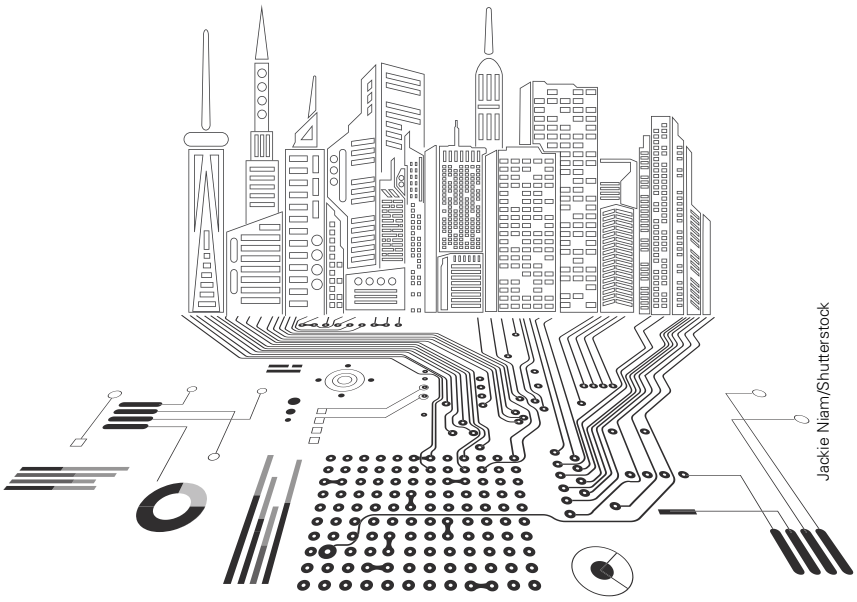
Na descrição de como o Comitê Gestor da Estratégia BIM BR será constituído, o Decreto impõe a obrigatoriedade de haver um representante, um titular e um suplente dos seguintes órgãos: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (que sempre presidirá o CG-BIM); Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Defesa; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; Ministério da Saúde; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Ministério das Cidades; e Secretaria-Geral da Presidência da República.

Além disso, o texto legal prevê que "o CG-BIM poderá convidar representantes de órgãos e entidades públicas ou privadas, especialistas, pesquisadores e técnicos para apoiar a execução dos trabalhos e subsidiar as suas deliberações, sem direito a voto".

aspecto, o Brasil acompanha a onda, pois há vários movimentos no sentido de viabilizar, regular e difundir o BIM", salienta o professor. "A ABNT criou a Comissão de Estudo Especial ABNT/CEE-134 especificamente para discutir e estabelecer, por consenso, regras e diretrizes para o BIM. Trata-se de um trabalho de suma importância para unificar a classificação dos elementos da construção", comenta, acrescentando ainda que alguns governos estaduais já trabalham com exigências de adoção do BIM nas licitações de projetos.

Dentre essas licitações que exigem o uso do BIM, Miriam Addor destaca o edital da obra de construção da Unidade Operacional da Bacia de Santos e de diversos projetos no Metrô de São Paulo. "A Revista *The Economist Unit Limited 2015* demonstra, em uma de suas reportagens, que o *Virtual Design Construction* e o *Building Information Modeling* serão as tecnologias e estratégias de gestão mais impactantes no aumento da produtividade do setor da construção pelos próximos três anos", adiciona a conselheira do CAU/SP.

"O caminho é longo, pois a capacitação e a regulamentação de todos os atores e elementos relacionados ao BIM ainda passarão por definições de regras e objetivos únicos que irão muito além do que foi feito até agora. No âmbito governamental, foi criado o Decreto N° 9.377, que institui a Estratégia Nacional de Disseminação dessa metodologia", afirma o professor Adelino Fontana Júnior. "Um desses desafios está nas faculdades. Mais



Jackie Niam/Shutterstock

> É necessário mudar as estruturas curriculares e dar aos profissionais uma maior visão de futuro"

do que nunca, é necessário mudar as estruturas curriculares e dar aos profissionais uma maior visão de futuro", ele assinala. "A tecnologia está mudando a maneira como projetamos tudo, desde as edificações até a utilização de insumos e modelos de negócio", continua. "A crescente complexidade de cada etapa do trabalho tem aumentado o risco de ocorrerem falhas, e a adoção do BIM configura-se como a melhor solução, a melhor saída, para esse impasse. Assim, no Brasil e no mundo, a adoção do BIM poderá proporcionar a entrega de projetos melhores, mais rápidos e mais baratos. Cabe-nos apenas nos inserir nesse novo cenário", conclui.

"O avanço do BIM no mundo é real", acrescenta Miriam Addor. "A série de levantamentos da *McGraw Hill Construction* mostra que os níveis de adoção do BIM nos EUA cresceram de 28%, em 2007, para 49% em 2009, atingindo 71% em 2012", salienta. "Outros dados recém-publicados pela *McGraw Hill Construction* informam sobre tendências do uso do BIM no mundo e no Brasil. Na Europa, por exemplo, 41% das empresas contratantes da área de construção civil utilizam BIM há mais de três anos (e menos de cinco). Na Austrália, esse percentual é de 50%, e no Japão, de 80%", prossegue Miriam.

Ágora Tech Park

Joinville – Santa Catarina

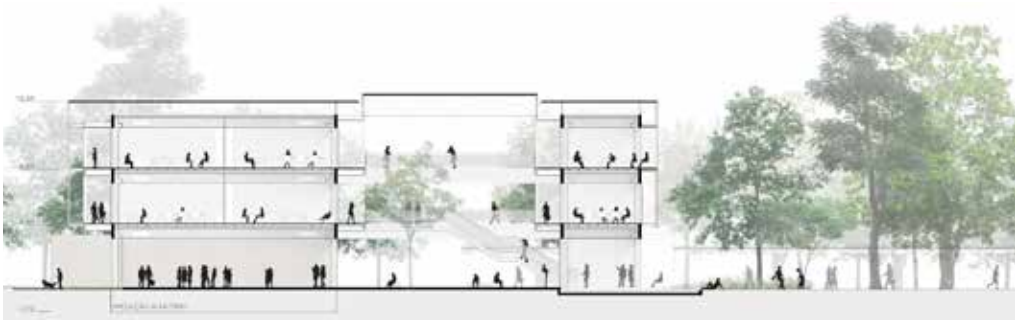
Foi do escritório Estúdio Módulo de Arquitetura, de São Paulo, a proposta vencedora do concurso para escolher o projeto do primeiro prédio a ocupar o Ágora Tech Park, um parque tecnológico de Joinville (SC), com área total de 70 mil metros quadrados. O projeto assinado pelo arquiteto Marcus Vinícius Damon venceu outros 86 trabalhos inscritos. Os cinco primeiros colocados foram:

- 1º lugar: Estúdio Módulo de Arquitetura (SP) / Responsável Técnico: Marcus Vinicius Damon
- 2º lugar: ARQBR Arquitetura e Urbanismo (DF) / Responsável Técnico: Eder Rodrigues de Alencar
- 3º lugar: AP Arquitetos (PR) / Responsável Técnico: Arquiteto André Augusto Prevedello
- 4º lugar: Arquiteto Frederico André Rabelo (GO)
- 5º lugar: BRRO Arquitetos / Responsável Técnico: Bruno Ceccato Rossi.

1º LUGAR

Estúdio Módulo de Arquitetura (SP)

Equipe:
Marcus Vinicius Damon (Responsável), Guilherme Bravin, Andressa Diniz
Colaboradores Arquitetura:
Daniel Korn, Manon Teillet, Raquel Andrade, Alessandra Figueiredo
Consultor sistemas estruturais:
Eng. Leandro Reis

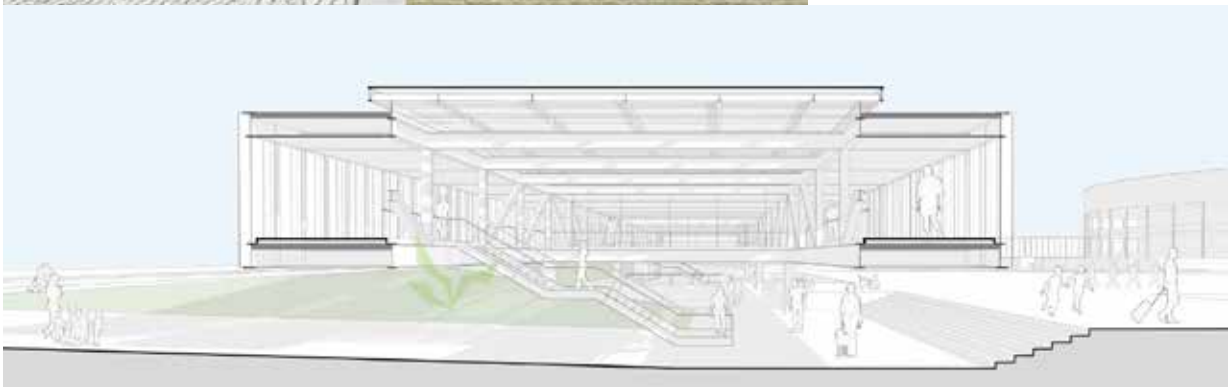


1º LUGAR

2º LUGAR

ArqBr Arquitetura e Urbanismo (DF)

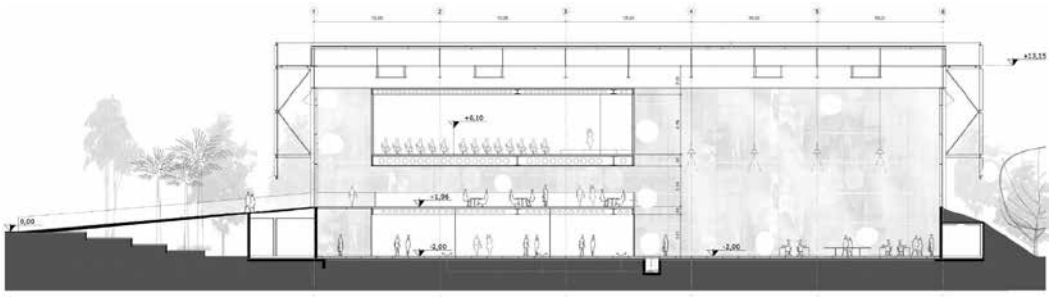
Autores: Eder Alencar, André Velloso, Manoel Fonseca
Colaboradores: Isabella Derenusson, Victor Itonaga, Angelina Trotta, Clara Rezende, Luana Alves
Consultoria em Conforto Ambiental: Juliana Andrade



3º LUGAR

AP Arquitetos (PR)

Coordenador: André Augusto Prevedello
Equipe técnica: Tais Mendes de Freitas, Karine Pazemeckas De Faria e Gustavo Beccari
Consultoria em Sustentabilidade: Petinelli - Soluções em Green Building
Paisagismo: Fabio Borges e Peter Burmeister



A responsabilidade profissional em xeque

Dois projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados comprometem a regulamentação da profissão de arquitetos e urbanistas e colocam em risco importantes instrumentos de defesa da sociedade

ImageFlow/Shutterstock

A profissão de arquiteto é considerada uma das mais antigas da civilização. No período áureo da sociedade egípcia, por exemplo, esse profissional tinha a missão da concepção e da execução das obras que se perpetuaram como símbolos de uma época. Durante séculos, os arquitetos vêm surpreendendo a humanidade com o desenvolvimento de estudos, que culminam com inovações aplicadas nas mais diversas áreas. A profissão foi se fortalecendo e conquistou espaço de referência pelas contribuições às nações e aos seus povos. Por isso, a regulamentação da profissão é essencial para garantir o interesse público e deve pressupor qualificação profissional específica, norteada no Brasil pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, que são estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão normativo do Ministério da Educação. Essas medidas vão além de garantir a formação adequada. Elas são indispensáveis para a proteção da coletividade, assegurando que o profissional está habilitado para desenvolver determinadas funções sem colocar a população em risco. A própria Advocacia Geral da União (AGU), em 2017, já se posicionou sobre o assunto na ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 5634 perante o STF, afirmando que "é evidente que os campos de atuação profissional devem observar as diretrizes curriculares nacionais, sob pena de se valorizar a prática profissional dissociada da teoria acadêmica".

> "A aprovação desses projetos traz riscos iminentes para a sociedade"

Surpreendentemente, o legislativo brasileiro caminha na contramão de um trabalho árduo, desenvolvido durante décadas para o fortalecimento profissional, e propõe mudanças significativas na legislação por meio do Projeto de Lei (PL) nº 9818/2018 e o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 901/2018, em tramitação na Câmara dos Deputados. O primeiro sugere a revogação de duas disposições essenciais da Lei que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo (12.378/2010). Ela estabelece ao CAU/BR a responsabilidade de especificar as áreas de atuação privativas dos arquitetos e urbanistas e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas. Já o PDC nº 901/2018 pretende sustar os efeitos da Resolução nº 51, do CAU/BR, que especifica as atribuições privativas dos profissionais da área.

Diante de tamanho ataque aos arquitetos e urbanistas, o CAU/BR, o CAU/SP e de outros Estados e do Distrito Federal reagiram e estão preparando atividades em várias frentes. O arquiteto e urbanista Nelson Gonçalves, Coordenador da Comissão Parlamentar do CAU/SP, explica que a Comissão, composta por cinco membros, tem se debruçado para estudar a questão, propor ações de curto e médio prazos, além de discutir atividades para esclarecimento da população. "A aprovação desses projetos traz riscos iminentes para a sociedade", alerta o arquiteto. A estratégia inclui esclarecimento de

que não se trata de reserva de mercado, mas alertar que pessoas não habilitadas desenvolvendo determinada função trarão insegurança para a comunidade diante da complexidade do trabalho do arquiteto. A proposta contempla ainda atividades junto aos parlamentares e líderes para reforçar a relevância na formação profissional.

Características intrínsecas diferem a profissão

As alterações propostas no Projeto de Lei (PL) nº 9818/2018 e no Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 901/2018, em discussão na Câmara dos Deputados, afetam diretamente atividades específicas dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo. Especialistas que atuam na área de arquitetura de interiores, paisagismo e patrimônio ressaltam que atividades intrínsecas ao arquiteto e urbanistas não podem ser exercidas por outros profissionais pelas particularidades da formação oferecidas pelos cursos de Arquitetura e Urbanismo.

Com a experiência de professor, o arquiteto e urbanista Roberto Spina acredita que os profissionais da área e Arquitetura e Urbanismo têm em sua formação toda carga de informações necessária para conceber, pré-dimensionar, discutir estruturas, instalações elétricas e hidráulicas, entre outas. "Além de toda a formação humanística, artística e histórica", ressalta.

Na área de Patrimônio Histórico, o arquiteto e urbanista Lucio Gomes Machado esclarece as especificidades da profissão. Em comparação com os engenheiros, ele lembra que estes são preparados para a solução de problemas imediatos e futuros, sem a possibilidade de recurso ao passado, uma vez que sua atividade é produto de uma "revolução", a qual introduziu um novo processo de produção inexistente no passado. "Por esse entendimento da profissão, não faz parte dos cursos de Engenharia o estudo da História, nem mesmo da História da Engenharia, nem qualquer estudo de Ciências Sociais". Machado lembra ainda que, pelas características do ensino de Arquitetura e Urbanismo, o conhecimento da produção passada e das condicionantes que a moldaram são partes do arcabouço intelectual do arqui-

> "Os campos de atuação profissional devem observar as diretrizes curriculares nacionais, sob pena de se valorizar a prática profissional dissociada da teoria acadêmica"

As ações do Conselho para alcançar a sociedade

Para conscientizar a sociedade sobre essa importante discussão, o CAU/SP lançou mão de todos os recursos disponíveis. A grande imprensa é um deles. O blog "Esquinas", sediado no portal do "Estadão", publicou um artigo do presidente José Roberto Geraldine Junior sobre o tema, posteriormente reproduzido no site do Conselho e nas redes sociais.

A newsletter semanal, distribuída aos mais de 50 mil profissionais, registrados, também foi utilizada diversas vezes para divulgar o conteúdo da Campanha de esclarecimento a respeito das atribuições profissionais.

Vídeos online são um conteúdo cada vez mais visto e compartilhado nas redes sociais. Atento, o Conselho reproduziu conteúdos audiovisuais produzidos pelo CAU/BR para advertir a respeito do PL9818 e PDC 901 em seu site e em sua página no Facebook.

O CAU/SP também prepara uma série de produções curtas em vídeo, em que destaca o aspecto único da formação de arquitetos e urbanistas, e de que como essa educação singular contribui para a sociedade (acompanhe no site do Conselho – www.causp.gov.br).

Além dos meios eletrônicos, o Conselho tem usado a revista "Móbile", distribuída em todo o Estado, para levar informação sobre os riscos de retirada das atribuições privativas da profissão.

teto. Por isso, está evidenciado que o arquiteto é o profissional preparado para a intervenção no patrimônio construído. "A profissão de arquiteto e urbanista tem características peculiares que a distinguem da profissão de Engenheiro. Especificamente, no que se relaciona com o Patrimônio construído – edifícios e espaços urbanos e paisagísticos –, a formação profissional, a tradição da legislação que regula a profissão e o método de trabalho usualmente empregado na sua prática profissional indicam claramente que se trata de atribuição exclusiva dos arquitetos e urbanistas", pontua Machado.

Luciana Bongiovanni Martins Schenk, arquiteta e urbanista, analisa o trabalho profissional pela perspectiva do especialista em Paisagismo. Segundo ela, a atividade de projetar é intrínseca da profissão, que requer imaginação e capacidade para desenhar espaços e suas experiências, apresentando sob a forma de uma representação o que potencialmente pode ser construído e vivenciado. "O arquiteto urbanista é treinado ao longo de cinco anos para essa atividade, as disciplinas que compõe sua grade curricular são pensadas para que essa atividade de criação ocorra relacionando diferentes campos do conhecimento, a atividade do arquiteto urbanista é, acima de tudo, de reunião e síntese sob perspectiva técnica e estética", pontua Luciana. Segundo ela, a formação do arquiteto e urbanista é abrangente e diz respeito a uma qualificação especial que projeta espaços e experiências. "Nossa atribuição profissional não conflita com a dos colegas que trabalham com a Paisagem em outros registros, ela compõe, organiza, espacializa. O que precisamos ampliar é a visibilidade de nossa formação, explicitando suas especificidades e distinguindo expertises. É fundamental esclarecer a qualidade do projeto que somos capazes de elaborar, sua natureza difere de outros projetos que os colegas das engenharias, da ecologia ou da botânica possam fazer", afirma.

Zolnierek/Shutterstock

Preceitos éticos e morais de arquitetos e urbanistas

"Comentários ao Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura do Brasil" é uma publicação indispensável para arquitetos e urbanistas, estudantes e profissionais interessados no tema

POR **EDMIR NOGUEIRA**

Profissional reconhecido po ter participado da formação de arquitetos e urbanistas, **João Honorio de Melo Filho** presta mais uma colaboração para a história com o livro "Comentários ao Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil". A vasta experiência e as capacidades analítica e crítica do autor contribuíram para criar um livro essencial não apenas para arquitetos, urbanistas e estudantes, como também para profissionais de outras áreas.

O decano tem longa afinidade com os pilares que norteiam a profissão. Entre os muitos trabalhos na área, participou da redação do texto básico, que possibilitaram o debate em torno do próprio Código de Ética e Disciplina do CAU/BR, elaboradas a partir de 2012.

Convidado pelo presidente da instituição na época, Haroldo Pinheiro, e pelo coordenador da Comissão de Ética e Disciplina, Napoleão Ferreira, o autor mergulhou no trabalho, que incluiu pesquisas sobre filosofia, ética, moral, direito, sociologia, entre outros temas.

As pérolas dessa biblioteca ganharam, ainda, a contribuição de inúmeros colaboradores, além de estudos e debates em seminários regionais, que aprofundaram as tendências gerais.

"Uma vez que não tínhamos precedentes adequados aos arquitetos e urbanistas brasileiros, logo pareceu ser indispensável preparar um texto que facilitasse a leitura e elucidasse, em pormenor, os preceitos éticos e morais finalmente aprovados. Seguimos assim este procedimento como tem sido feito especialmente nos campos da Medicina e do Direito, por exemplo", explica Melo Filho.

Assim começou a construção de uma nova publicação comentada, que abrangeu os capítulos temáticos do Código e buscou analisar os aspectos mais relevantes de cada um deles. Melo Filho explica que, nos aspectos conceituais tratados na Introdução, no entanto, foram desenvolvidos assuntos que merecem aprofundamento daqui por diante.

"É urgente considerar a questão da definição do que vem a ser atualmente a profissão liberal (regulamentada ou não), que é essencialmente intelectual, seja qual for o vínculo contratual assumido, o profissional sendo autônomo, empregado ou servidor público. Além da formação em nível superior, a autonomia, a confiança e a integridade, por exemplo, são algumas das virtudes básicas. Trato de ressaltar que, mesmo quando há subordinação administrativa ou de caráter trabalhista, quanto a essas qualidades, não se pode aceitar que sejam violadas", pontua o autor.

Questionado sobre futuras revisões do texto, principalmente diante dos impactos das inovações, Melo Filho traz mais um dos seus ensinamentos: "há sempre um constante impacto de novas tecnologias, que surgem desde a invenção das técnicas ensejadas, por exemplo, pela

Código de Ética e Disciplina do CAU/BR

CAU/BR

RESOLUÇÃO Nº 52, DE 6 DE SETEMBRO DE 2013*

Aprova o Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR).

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), no exercício das competências e prerrogativas de que trata o art. 28, incisos I e II da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, os artigos 2º, incisos I e II, 3º, incisos I e III e 9º, incisi I do Regimento Geral aprovado pela Resolução CAU/BR nº 33, de 6 de setembro de 2012, e de acordo com a deliberação adotada da Reunião Plenária Ordinária nº 22, realizada nos dias 5 e 6 de setembro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), na forma do Anexo à presente Resolução.

Art. 2º Os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF), após a publicação desta Resolução, deverão organizar, dinamizar, promover e manter a divulgação do Código de Ética e Disciplina aos profissionais, às entidades de classe, às instituições de ensino superior, às sociedades civis e organizadas, ao poder público e ao público em geral.

Art. 3º O CAU/BR promoverá estudos, em âmbito nacional, visando ao aperfeiçoamento sistemático do Código de Ética e Disciplina aprovado por esta Resolução.

Art. 4º Os estudos, levantamentos e proposições realizados pelo CAU/BR para o aperfeiçoamento do Código de Ética e Disciplina aprovado por esta Resolução serão publicados pelos meios sistemáticos disponíveis.

Art. 5º O Código de Ética e Disciplina deverá ser revisado, podendo sofrer alterações, pelo menos (seis) meses contados da data de sua publicação, e as revisões subsequentes deverão ocorrer a cada 3 (três) anos, a partir da data da aprovação da primeira revisão.

Art. 6º Por iniciativa de maioria absoluta dos conselheiros do CAU/BR, o Código de Ética e Disciplina poderá receber ementas aditivas a qualquer tempo.

Art. 7º A aplicação das sanções correspondentes às infrações das normas prescritas no Código de Ética e Disciplina deverá ser estabelecida conforme metodologia prevista em resolução específica, a qual deverá ser editada pelo CAU/BR em até 60 (sessenta) dias após aprovação desta Resolução.

Setor Gr-Fi, Bloco P, Ed. Cristal Park, Sobre-Sobreloja 1 Lote 3 Trecho 3 | Tel.: (61) 3328-2200 / Fax: 3328-9650 | Web: www.caubr.gov.br | atendimento@caubr.gov.br

O fruto desse trabalho atende em grande parte as aspirações éticas e morais dos arquitetos e urbanistas, além de fixar preceitos que denotam o que a coletividade pública e os profissionais requerem indistintamente para todos. Melo Filho explica que os pilares da profissão estão atendidos no documento: "as funções principais do Código são duas: a primeira, educacional, tem por objetivo a informação pública sobre a dignidade da Arquitetura e Urbanismo e os deveres de seus profissionais. A segunda, subordinada à primeira, é a coercitiva, que admoesta e reprime os desacertos procedimentais porventura praticados pelos indivíduos sujeitos à ética e à disciplina da profissão. Desse modo, são ressaltadas as obrigações para com o interesse público, para com o cliente, para com a profissão, para com os colegas, para com o próprio Conselho de Arquitetura e Urbanismo."

> Além da formação em nível superior, a autonomia, a confiança e a integridade, por exemplo, são algumas das virtudes básicas"

Acervo CAU/SP

alavanca, pela roda ou pela lâmpada elétrica... O texto tem isso em conta. Cabe-nos sempre tirar o melhor proveito delas para as melhorias que a Arquitetura e Urbanismo pode proporcionar à coletividade."

Uma referência na Arquitetura e Urbanismo

O arquiteto e urbanista João Honorio de Mello Filho construiu uma sólida carreira marcada pela experiência em projetos educacionais e habitacionais. O autor é referência pelo exercício de redação de textos técnicos normativos, como as normas técnicas originais da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para projetos de edificações (NBR-15531 e NBR-15532).

As qualidades do decano se multiplicaram com os cargos que ocupou ao longo da carreira. Secretário geral da Direção Nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), João Honorio foi ainda, por diversas vezes, membro do Conselho Superior da instituição, secretário e presidente do Conselho Internacional dos Arquitectos de Línqua Portuguesa (CIALP), membro e consultor de comissões julgadoras de concursos de Arquitetura e membro convidado do *Working Programme UIA-UNESCO, Educational and Cultural Spaces*, que reuniu arquitetos de vários países.

Destaque também para seu trabalho de consultor da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/BR na construção do texto final do Código de Ética dos arquitetos e urbanistas.

Lançado em fevereiro de 2018, o livro *Comentários ao Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura do Brasil* pode ser acessado gratuitamente por meio do QR Code.

Confira alguns comentários de Mello Filho sobre o Código de Ética e Disciplina do CAU/BR

Itens	Comentários
1.1.2 O processo de formação do arquiteto e urbanista deve ser estruturado e desenvolvido com o objetivo de assegurar sua capacitação e habilitação para o desempenho pleno das atividades profissionais.	A formação do arquiteto e urbanista caracteriza-se pela exigência de ação contínua e prolongada das atividades de aprendizagem em estabelecimento de nível superior – escola ou faculdade – formalmente reconhecida para tal pelo Estado. Em especial, são observados os preceitos fixados pelo Ministério da Educação, CFE, Câmara de Educação Superior como Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Ministério da Educação, Conselho Federal de Educação, Câmara de Educação Superior. (Resolução 2, de 17 de junho de 2010)
2.2.1. O arquiteto e urbanista deve considerar o impacto social e ambiental de suas atividades profissionais na execução de obras sob sua responsabilidade.	O arquiteto e urbanista se obriga à verificação prévia dos efeitos que podem advir das intervenções praticadas no exercício de seus serviços profissionais. Essa atitude inclui estimar, prevenir e informar sobre expectativas e riscos sociais e ambientais. Assim – sempre que necessário – as intervenções de Arquitetura e Urbanismo devem ser analisadas e fundamentadas mediante prognósticos em diferentes estudos, levantamentos, consultas, investigações.

2.3.1. O arquiteto e urbanista deve ter consciência do caráter essencial de sua atividade como intérprete e servidor da cultura e da sociedade da qual faz parte.	Na escala comparativa dos valores implicados, o Código destaca a importância da atitude consciente do arquiteto e urbanista – como profissional liberal (intelectual) – referente ao caráter essencial do arquiteto e urbanista que, mediante os serviços que presta, é sempre um intérprete do interesse público. Trata-se da relevância da sua atenção às exigências da cultura, aqui entendida como conjunto de padrões de comportamento, crenças, conhecimentos, costumes que distinguem um grupo social.
3.2.3. O arquiteto e urbanista deve orientar seus contratantes quanto a valorizações enganosas referentes aos meios ou recursos humanos, materiais e financeiros destinados à concepção e execução de serviços profissionais.	Em quaisquer situações, quanto aos recursos necessários à prestação de quaisquer serviços profissionais, os meios e os resultados devem ser previstos e informados de boa-fé, devendo ser discriminados e orçados com clareza e precisão, de modo a evitar que o eventual cliente seja constrangido a fatos financeiros supervenientes, que prejudiquem a sua economia.
3.2.9. O arquiteto e urbanista deve declarar-se impedido de assumir a autoria de trabalho que não tenha realizado, bem como de representar ou ser representado por outrem de modo falso ou enganoso	É vedado ao arquiteto e urbanista o chamado acobertamento (encobertamento) de obra alheia, mediante responsabilização enganosa perante o poder público ou o eventual cliente. Essa conduta, que ao dissimular ou ocultar o verdadeiro autor para assumir uma falsa autoria, é contrafação que fere o bom senso, suscita indignação moral e é repugnante, já que desleal e desonesta. Ainda mais, mancha a indispensável reputação da profissão. (...) Na esfera legal, ela também configura a falsidade ideológica, fraude cominada em lei. Sobre esse tema, é interessante ter em mente as infrações disciplinares definidas pela Lei 12.378/2010 e pelos preceitos do Código.
3.2.16. O arquiteto e urbanista deve recusar-se a receber, sob qualquer pretexto, qualquer honorário, provento, remuneração, comissão, gratificação, vantagem, retribuição ou presente de qualquer natureza – seja na forma de consultoria, produto, mercadoria ou mão de obra – oferecidos pelos fornecedores de insumos de seus contratantes, conforme o que determina o inciso VI do art. 18 da Lei 12.378, de 2010.	De um modo geral, os textos dos códigos de ética procuram, acima de tudo, defender (proteger, resguardar) os legítimos interesses não só dos eventuais clientes (consumidores). No caso dos arquitetos e urbanistas (fornecedores), isso se dá em consideração a complexas implicações artísticas, científicas e técnicas, de interesse social. Necessariamente, envolvem temas de grande alcance e extensão, relativos à coletividade pública e ao meio ambiente, por exemplo.
5.2.1. O arquiteto e urbanista deve repudiar a prática de plágio e de qualquer apropriação parcial ou integral de propriedade intelectual de outrem.	É interessante observar que aos arquitetos e urbanistas repugna a desfaçatez do infrator que – no caso do plágio (uma contrafação) – afronta ostensivamente as leis jurídicas e éticas e, além disso, ainda se denuncia, pois subscreve a própria obra infratora que cometeu. O Código, em suas exigências, expressa tal indignação. A persistência dessa grave contrafação nos domínios do trabalho intelectual deve ser energicamente combatida, uma vez que os seus reflexos são destrutivos em todos os campos de atuação da profissão.
5.2.8. O arquiteto e urbanista, quando convidado a emitir parecer ou reformular os serviços profissionais de colegas, deve informá-los previamente sobre o fato.	É dever do profissional informar os colegas autores legítimos de qualquer obra (concepção/projeto, execução/construção) sobre o fato de eventual recebimento de convite para apresentar proposta técnica e financeira visando à contratação para prestação de serviço profissional de elaboração e emissão de parecer ou reformulação (alteração, ampliação modificação, mudança, reforma, transformação, redução etc.). Essa informação deve ser dirigida com razoável antecedência, isto é, antes que seja firmada uma proposta ou qualquer outro compromisso.

A história russa contada por meio da Arquitetura

Construções do estilo medieval na Praça Vermelha a modernos arranha-céus dão a Moscou uma característica única no mundo; Astana – capital do Cazaquistão – também é referência

POR
MIGUEL SARAIVA, CEO E LÍDER CONCEITUAL DA S+A BRASIL
MARCELO MONTORO, SÓCIO E FUNDADOR DA S+A BRASIL
SUSANA RAMALHO, COUNTRY MANAGER DA S+A NO CAZAQUISTÃO

Falar de Arquitetura russa é sinônimo de falar sobre ícones e estilos arquitetónicos tão díspares como as épocas que representam a história do país. Falemos de Moscou e da sua influência em cidades da antiga União Soviética, como é o caso de Almaty ou Astana, a anterior e a recentíssima nova capital do Cazaquistão.

A imagem que mais espontaneamente nos surge – na memória de quem visitou Moscou ou no imaginário individual de quem ainda não teve esse prazer – quando se refere à arquitetura russa será, sem dúvida, a Catedral de São Basílio, localizada na Praça Vermelha. Exponente máximo do estilo medieval russificado, a **Catedral de São Basílio** carateriza-se pelo seu esplendor no uso da cor e decoração exterior, especialmente ao nível das cúpulas, e pela substituição da tradicional cúpula bizantina por uma torre central elevada - aludindo a palácios saídos de "contos de fadas".

Antes de se tornar um símbolo da austeridade do concreto, a antiga Moscou, tal como várias outras cidades russas, muitos séculos antes era dominada por construções de madeira (o mais acessível material disponível a partir das vastas florestas siberianas), tendo sido consumidas pelos vários incêndios ocorridos na capital ao longo da história. Influências desse tipo de construção são ainda um pouco visíveis por todo o território da Ásia Central: as tradicionais casas de madeira, com formato de palacetes.

Outro ícone característico da arquitetura russa resulta da Rússia cristianizada, com a dominância do estilo bizantino, que passou a caraterizar as novas igrejas ortodoxas, durante o regime czarista. Um dos paradigmas deste

Viacheslav Lopatin/Shutterstock

Fotos: Susana Ramalho

❶

❷

❸

período é a **Catedral da Assunção**, uma das quatro surpreendentes catedrais na Praça das Catedrais do Kremlin de Moscou, construída em alvenaria de pedra branca calcária sem grande ostentação decorativa, mas exibindo distintas cúpulas douradas. Apesar de considerada a igreja mãe da arquitetura moscovita, a sua (re)construção foi assinada pelo arquiteto italiano Aristotele Fioravanti.

O **Teatro "Bolshoi**" (teatro "grande"), em Moscou, é outro dos ícones da arquitetura histórica russa que, apesar de apresentar uma fachada de estilo neoclássico, constitui um templo da própria cultura do país. Além de ser um importante ponto turístico, o edifício integra uma das mais antigas e prestigiosas companhias de ópera e ballet do mundo, com o mesmo nome.

> O Teatro "Bolshoi" (teatro "grande"), em Moscou, é outro dos ícones da arquitetura histórica russa

Depois, do período soviético, o que mais se destaca, não apenas pela austeridade da forma e composição nos seus volumes arquitetônicos, mas também pela forte presença e repetição ao longo da cidade de Moscou, são as "Sete Irmãs": sete monumentais arranha-céus com imponentes torres centrais, manifestando o estilo estalinista. Cada um desses colossais edifícios abriga diferentes tipologias de uso, como hotéis, habitação e ministérios, e combinam a influência dos arranha-céus americanos com o estilo gótico e o barroco das igrejas russas seculares.

Falta ainda citar o surpreendente construtivismo russo, enquanto movimento estético-politico da União Soviética comunista, com forte expressão sobretudo na arquitetura. O estilo caracteriza-se por uma estética crua que destaca a brutalidade no uso da forma e do material (essencialmente o concreto armado), numa escala descomunal e pautada por ritmos que invocam movimento. Derivando do futurismo russo das artes associado ao idealismo socialista,

❶ Catedral da Assunção, na Praça das Catedrais do Kremlin (Moscou)

❷ Teatro "Bolshoi" (Moscou)

❸ Pirâmide do Palácio da Paz e da Reconciliação (Astana)

❹ A torre simbólica Baiterek (Astana)

❺ KazMunayGas, empresa estatal de petróleo e gás e a tenda comercial Khan Shatyr (Astana)

a linguagem criativa do modernismo soviético parece evocar a agitação industrial, como que impondo uma mensagem de poder e lembrando filmes de ficção científica. Um dos exemplos notáveis desse movimento que acabou por ser marginalizado é o antigo **Clube de Trabalhadores Rusakov**, em Moscou, da autoria de Konstantin Melnikov. No entanto, o impressionante construtivismo russo continua a ser, sem dúvida, uma forte fonte de inspiração nos projetos arquitetônicos da contemporaneidade.

A arquitetura que emergiu do período pós-soviético, e que continuamos a ver crescer no **Centro Internacional de Negócios de Moscou (conhecido por "Moskva-City")**, ainda em construção, congrega em si ambições econômicas, influências internacionais de Manhattan, Dubai ou Singapura, com um certo tradicionalismo, evocando o construtivismo russo. Exemplo disso é a imponente torre envidraçada de uso misto – "**Mercury City Tower**" –, o mais alto edifício concluído até o momento naquela "ilha" moscovita. Outro ícone da arquitetura contemporânea de Moscou é a admirável "**Evolution Tower**", numa composição retorcida em fachadas envidraçadas aludindo a uma molécula de DNA.

A complexidade da capital do Cazaquistão

Fazendo a transposição desses ícones, dos vários estilos ao longo da história russa, na paisagem arquitetônica da Ásia Central, poderá dizer-se que é em **Astana**,a moderna capital cazaque construída (quase do "zero") após o colapso da "Cortina de Ferro", que se encontra atualmente o maior esplendor da Arquitetura de influência soviética.

Astana é uma cidade com um estilo arquitetônico que reflete a complexidade de um crescimento acelerado, buscando ao mesmo tempo simbolismos e futurismo, explorando as mais variadas referências internacionais, numa tentativa de renúncia da influência de Moscou, mas afinal com um distintivo traço marcadamente russo!

Alguns ícones desse estilo pós-soviético podem ser encontrados no alinhamento composto pela **Pirâmide do Palácio da Paz e da Reconciliação**, de Norman Foster; a torre simbólica "**Baiterek**"; a sede da empresa estatal de petróleo e gás "**KazMunayGas**", e o "**Entertainment Center**

Fotos: Susana Ramalho

❶ Complexo residencial Three Knights

❷ Astana Opera

❸ Hotel Kazakhstan (Almaty)

Khan Shatyr", também de Norman Foster, na grande avenida do centro novo de Astana: uma estrutura que nos remete à forma da tradicional "tenda nômade cazaque".

Mas também em Astana se encontram ainda vestígios de casas com a tipologia dos palacetes de madeira da antiga Moscou, talvez reproduções dessas casas, com alguma ornamentação, que se podem encontrar no centro antigo da cidade, no chamado "lado direito" do rio Ishim.

Do mesmo modo, as "Sete Irmãs" de Moscou são visivelmente celebradas na paisagem arquitetônica de Astana pela reprodução dessa corrente soviética através do imponente **Edifício Triunfo**, um arranha-céu residencial de escala comparativamente mais reduzida, construído em 2006, e que constitui um dos símbolos arquitetônicos da capital.

Já o recém-construído edifício **Astana Opera** (Teatro de Ópera e Ballet de Astana) parece fazer alguma alusão ao original Teatro Bolshoi de Moscou. Apesar de construído entre 2010 e 2013, sob as ordens do atual presidente, o Astana Opera apresenta também uma arquitetura de revivalismo puramente (neo)clássico, com exatamente a mesma composição escultórica aludindo à Quadriga de Apolo, mas aqui com o centro comercial "Khan Shatyr" como pano de fundo.

E, por último, também se encontram no Cazaquistão, mais marcadamente na antiga capital, obras arquitetônicas do construtivismo que se espalham um pouco por toda a antiga União Soviética. O símbolo mais majestoso deste movimento é o antigo e elegante **Hotel "Kazakhstan"**, em Almaty. Outro exemplo do brutalismo soviético na antiga capital cazaque é o complexo residencial "**Three Knights**", que nos impõe hoje uma dicotomia entre brutalismo e colapso.

Hoje, tanto em Moscou, Astana ou Almaty, parece procurar-se uma arquitetura de novas funcionalidades, naturalmente mesclando influências internacionais com as reminiscências da cultura local, mas voltando a invocar os ícones do passado, afinal sempre tão presentes.

Períodos marcantes

Os diferentes períodos históricos e as evidentes influências de outras partes do mundo permitem que a Arquitetura russa seja dividida em fases de acordo com suas características e obras específicas

POR CLÁUDIO CAMARGO

Período Bizantino

A Catedral de São Basílio foi o ápice da primeira tradição arquitetônica da Rússia, o estilo bizantino, que se iniciou com a cristianização do país, no século 10, e prosseguiu até o século 16. A Arquitetura bizantina russa teve suas origens em Novgorod, cidade localizada entre São Petersburgo e Moscou, onde ainda se encontra um dos maiores símbolos desse estilo, a **Catedral de Santa Sofia**, construída entre 1045 e 1050. Trata-se da mais antiga catedral da Rússia ainda em funcionamento.

A Arquitetura bizantina russa combinava a herança das tradições clássica greco-romana e oriental com influências armênias, georgianas e mesmo búlgaras. As igrejas de inspiração bizantina tinham uma planta baixa com planos circulares ou axiais formando uma cruz. As cúpulas e fachadas não tinham decoração, enquanto que os interiores eram ricamente decorados.

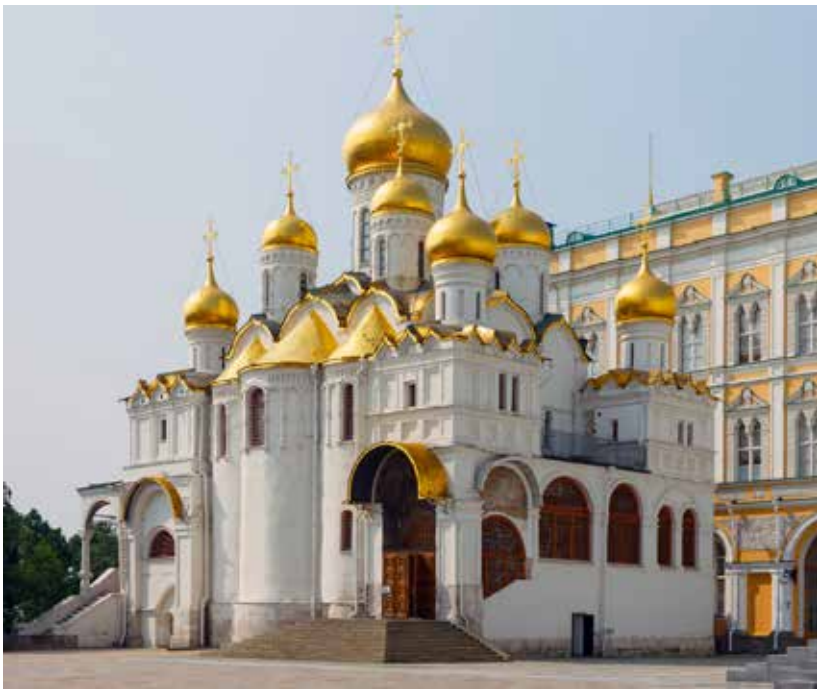
Existem muitos exemplares dessa Arquitetura bizantina russa. Alguns dos mais imponentes são encontrados na Praça das Catedrais do Kremlin de Moscou: a Catedral da Dormição (1479); a **Catedral da Anunciação** (1489); a Catedral do Arcanjo São Miguel (1508) e o **Campanário de Ivan III** (1600) – sendo esta a torre mais alta do Kremlin, com 81 metros de altura.

Por volta do século 16, a Arquitetura russa começou a se libertar da influência bizantina clássica, adotando soluções mais próximas à cultura russa. A principal mudança foi a substituição das cúpulas lisas pelas torres espiraladas – em forma de cebola ou de pera. Essas cúpulas simbolizam as chamas da fogueira da fé subindo ao céu. De um ponto de vista mais profano, ajudam a escorrer a água da chuva e evitar o acúmulo de neve.

A **Catedral de São Basílio** é o exemplo mais expressivo dessa transformação dentro da Arquitetura bizantina.

Período Petersburguês

A fundação da nova capital russa, São Petersburgo, pelo czar Pedro, o Grande, em 27 de maio de 1703, abriu um novo capítulo na história da Arquitetura russa. O czar se impôs como missão a modernização do país, cuja cultura oriental e bizantina ele identificava



Dm_Cherry/Shutterstock

Catedral da Anunciação (Moscou)

❶ Catedral de Santa Sofia (Novgorod)

❷ Palácio de Peterhof (São Petersburgo)

❸ Edifício da Casa Branca, sede do Parlamento russo

Dm_Cherry/Shutterstock ❶

❷ Vladimir Sazonov/Shutterstock

com a "barbárie", à qual contrapunha o que seria a "civilização" da cultura europeia ocidental.

Este é o motivo pelo qual São Petersburgo (Cidade de Pedro) foi construída, do ponto de vista arquitetônico, quase que à imagem e semelhança de uma capital da Europa ocidental, destoando significativamente das demais cidades russas. A primeira grande obra arquitetônica da nova capital russa foi a Fortaleza Pedro e Paulo, cuja construção começou em 1712 e terminou em 1733. Durante muitos anos, esse edifício foi utilizado como prisão política dos opositores do czarismo.

No século 19 ocorreu um renascimento da Arquitetura bizantina russa. Entre as grandes obras desse período destacam-se o Edifício do Almirantado (1806-1823), em São Petersburgo, atualmente sede do Exército. Talvez a obra mais importante desse período seja a Igreja do Salvador do Sangue Derramado (1883-1907), uma igreja ortodoxa construída em São Petersburgo no local onde o czar Alexandre II foi assassinado por anarquistas em 1881. Nesse período também foram construídos o edifício do Balé Bolshoi (1825), em Moscou; e o GUM (1893), na Praça Vermelha, um dos maiores shoppings centers da Europa na época.

Destaque também deve ser dado ao Grande Palácio do Kremlin, sede atual da presidência da Rússia, em Moscou. O edifício foi construído entre 1838 e 1850 por ordem do czar Nicolau I, onde se encontrava o edifício dos Grandes Príncipes, um antigo palácio projetado por Rastrelli em estilo barroco, que foi parcialmente demolido. O Grande Palácio do Kremlin é de autoria de Konstantin Thon, fundador do estilo neobizantino russo.

Período soviético

A Revolução Russa de 1917 colocou termo ao czarismo e instauraram um regime socialista na Rússia. Inicialmente, movimentos de vanguarda artística em artes plásticas, Arquitetura, escultura, cenografia, dança, como o construtivismo, pareciam dominar o espírito cultural do novo regime. Essa escola era uma vertente do futurismo italiano que influenciou até a Bauhaus e tinha como expoentes Vladimir Tatlin, Aleksandr Rodchenko, El Lissitzky e Naum Gabo.

Mas a maioria dos projetos arquitetônicos dessa escola não saiu do papel, como o Monumento à Terceira Internacional, de Vladimir Tatlin. A **Torre de rádio Shukov**, construída pelo arquiteto Vladimir Shukhov em Moscou em 1922, foi uma exceção. Com 160 metros de altura, usa duas técnicas revolucionárias: a estrutura hiperboloide, onde linhas retas criam superfícies curvas, e a Diagrid, ou grade diagonal, que consiste em estruturas triangulares com vigas diagonais de suporte. Essas técnicas dispensam pilares e vigas internas e possibilitam a redução de uso de aço e a dispersão do peso. A torre está desativada desde 1960.

A ascensão de Josef Stálin ao poder, em 1924, marcou um retrocesso em todos os níveis. No início dos anos 1930 o movimento construtivista perdeu força e o regime adotou como norma o chamado "realismo socialista" – doutrina segundo a qual obra de arte, inclusive a Arquitetura, deve ser acessível ao povo, ou seja, figurativa e descritiva, e sua mensagem devia ser um instrumento de propaganda do regime.

Os resultados do estalinização da Arquitetura começaram a

RSPB

aparecer no fim dos anos 1940 – uma tendência arquitetônica que ficaria conhecida como classicismo. Nas cidades da antiga União Soviética, particularmente em Moscou, foram construídos edifícios grandiosos e imponentes, em estilo neogótico, com torres pontiagudas gigantescas, o que aumentava a sensação de impotência frente ao poder soviético. As chamadas "**Sete Irmãs**" são a expressão máxima dessa tendência: arranha-céus construídos entre 1947 e 1953 para celebrar a vitória soviética sobre a Alemanha nazista na II Guerra Mundial.

O **metrô de Moscou**, apesar de ter sido construído segundo os cânones da estética estalinista, é um dos mais belos do mundo. Conhecido como Palácio Subterrâneo, foi inaugurado em 1935 e suas estações se caracterizam por colunas e pisos de mármore, lustres de cristal, mosaicos de cerâmica, esculturas de bronze e detalhes de aço e ouro.

No início dos anos 1930, o governo soviético elaborou vários projetos para construir edifícios grandiosos e megalômanos que não saíram do papel. Entre esses projetos estava o Palácio dos Sovietes de Moscou, que deveria ser a construção mais alta do mundo, com 415 metros, bem maior que a Torre Eiffel e o *Empire State Building*.

Apenas um desses projetos veio à luz: o **Mausoléu de Vladimir Lênin**, o fundador do Estado soviético, morto em 1924. Projeto do arquiteto Alexei Shchusev, o monumento de granito foi construído nos muros do Kremlin, incorporando elementos de mausoléus da antiguidade. Expõe, até hoje, o corpo mumificado de Lênin.

Período contemporâneo

Depois da morte de Stálin (1953) e o processo de liberalização do regime, a Arquitetura soviética se tornou menos ostensiva. Houve um esforço de padronizar a indústria da construção civil, com uso de novos materiais, como os pré-moldados em concreto. Exemplos dessa nova Arquitetura são os conjuntos residenciais de Nova Cheremuchki, em Moscou; o Pavilhão Soviético da Exposição Internacional de Bruxelas, de 1958; o **Palácio Estatal do Kremlin** (antigo Palácio dos Congressos, de 1961) e o **arranha-céu do Comecon** (Conselho para a Assistência Econômica Mútua).

Mas a Arquitetura estalinista ainda produziria alguns rebentos, como o **edifício da Casa Branca**, projetado pelos arquitetos Dmitry Tchetchulin e P. Shteller. Concluído em 1981, esse edifício, sede do Parlamento russo, ficou famoso em 1993, quando foi bombardeado por forças do presidente Boris Yeltsin, em conflito com os parlamentares russos. Depois do fim da União Soviética, em 1991, arquitetos estrangeiros se destacaram na Rússia com grandes projetos futurísticos, tais como o Museu de Arte Contemporânea Garage (Moscou), do arquiteto holandês Rem Koolhaas, que transformou as ruínas de um edifício abandonado em uma moderna construção retangular de policarbonato, com ênfase na funcionalidade; e a Torre Domínio (Moscou), da arquiteta Zaha Hadid, construída no estilo chamado desconstrutivista.

Lucas Alves
Av. Paulista - São Paulo

Ederson Silva
Museu do Olho - Curitiba.
MON - Museu Oscar Niemeyer

Participe do Olhar do Arquiteto. Para isso, compartilhe sua foto no Instagram ou no Facebook usando a hashtag **#minhafotonamobile**.
Mas precisa ser publicada em modo "público" e feita em alta resolução.

Burocracia a mais dificulta a vida das pessoas

POR **AFFONSO RISI, OUVIDOR DO CAU/SP**

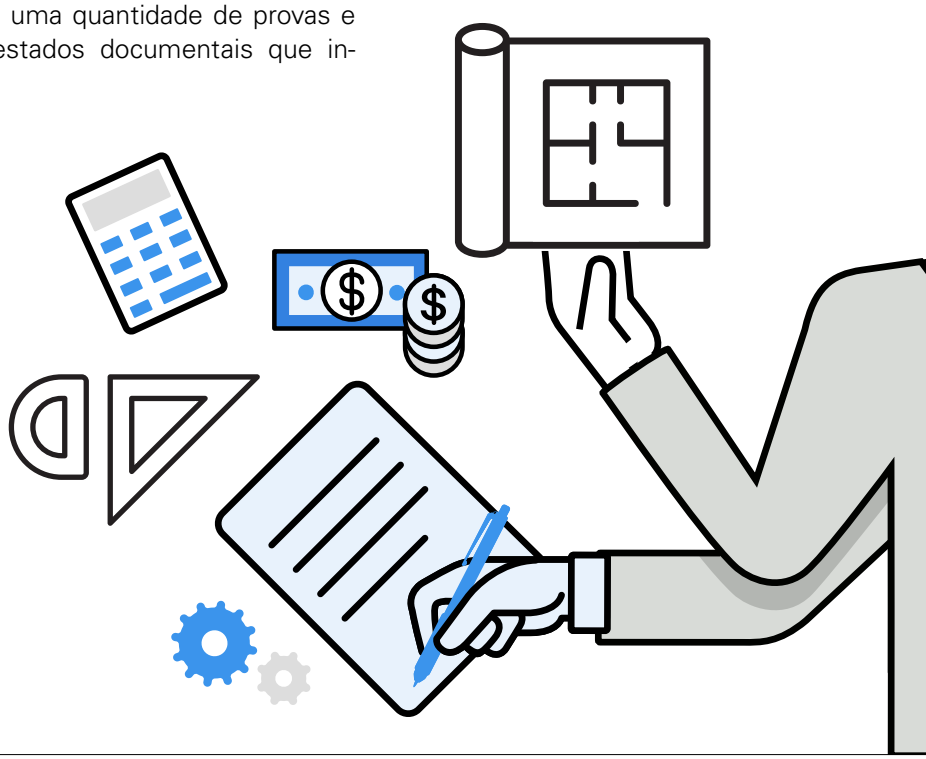
No apagar das luzes do regime militar, João Baptista Figueiredo (1979–1985), o último dos generais-presidentes, pediu singelamente que o esquecessem. O apelo à amnésia, entretanto, mesmo ao fim de um governo inepto como foi o dele, é sempre pouco recomendável, pois é bom lembrar de uma iniciativa acertada daqueles tempos, como as medidas de desburocratização do ministro Hélio Beltrão.

Numa cruzada contra a burocracia inútil, o ministro eliminou um sem-número de práticas cartoriais inócuas tais como, entre outras, algumas certidões obrigatórias e o reconhecimento de firma, observando o princípio simples de que o risco envolvido na ausência de tais documentos era inferior ao custo econômico ou social para sua obtenção.

É claro que, logo em seguida, o retorno do reprimido fez com que voltassem, e potencializadas, as exigências burocráticas que tinham sido suspensas e, de lá para cá, produzimos uma das constituições mais detalhistas e complexas de que se tem notícia, num cipoal legiferante que só é território fértil para os advogados. Talleyrand dizia dos aristocratas Bourbons, depois da Revolução Francesa, que "nada esqueceram, mas também nada aprenderam", e esse também parece ser o nosso caso, incapazes de incorporar velhas lições.

Em vez de partirmos da hipótese de que numa petição o cidadão, em princípio, está dizendo a verdade, devendo incorrer em punição severa se estiver mentindo, supomos antecipadamente que é potencialmente fraudador e exigimos, portanto, uma quantidade de provas e atestados documentais que infernizam e, às vezes, chegam a inviabilizar certos atos em nossa vida civil, contribuindo para o já célebre custo Brasil, que tanto nos inferioriza na concorrência internacional.

A criação do CAU, através da Lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010, trouxe um enorme alento para a sociedade pois, definindo com clareza nossas atribuições, passou a nos distinguir dos profissionais da En-



genharia, de que continuamos sendo parceiros privilegiados, e nos autorizou a "orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da Arquitetura e Urbanismo".

No processo, que ainda estamos vivendo, de construção do novo Conselho temos a oportunidade de criar uma autarquia realmente moderna, do século XXI, como gostamos de dizer, que possa atuar como defensora dos interesses da sociedade e parceira dos arquitetos e urbanistas, mas para isso talvez devamos revisitar algumas daquelas quixotescas iniciativas do ministro Beltrão, simplificando processos e ampliando sua abrangência.

Entre as mais frequentes demandas recebidas pela Ouvidoria estão reclamações quanto a exigências burocráticas do Conselho, que os colegas nem sempre chegam a compreender e que parecem, às vezes, ainda maiores do que as do tempo dos CREAs.

A reivindicação nem sempre é pertinente e sobre isso as instâncias técnicas do Conselho nos ajudam a dar esclarecimentos aos demandantes, mas é inegável que nossos prazos de atendimento, por exemplo, são exagerados e tornam-se grandes fatores de insatisfação.

A necessidade, por exemplo, de reanálise e aprovação de muitos documentos por parte das Comissões, quando talvez pudessem ser liberados diretamente e com agilidade pelas competentes instâncias técnicas, é com certeza uma das causas dos gargalos que fazem com que alguns cheguem, injustamente, a lamentar a criação do novo Conselho. Algumas medidas nesse sentido já vêm sendo acertadas a partir dos encontros entre dirigentes dos CAU/UFs, com a troca de experiências que esclarecem questões, mas é bom ter sempre como meta o encontro de caminhos para simplificações e otimizações. Também é sempre conveniente incrementar as reuniões entre as equipes técnicas dos diferentes Estados, que compartilham experiências e podem propor maneiras de fazer com que as demandas possam ser atendidas de forma mais rápida e eficiente, embora segura e simplificada.

Não podemos perder de vista nunca que burocracia a mais dificulta a vida das pessoas e deve, portanto, ser combatida para que arquitetos e urbanistas identifiquem no CAU seu Conselho e sua casa.

A utopia da reforma urbana

Maria Fernandes Caldas descreve neste livro as mudanças ocorridas na política urbana brasileira recente e seus desdobramentos após a vigência da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade, analisando seus avanços e os desafios que ainda permanecem.

Divulgação

Kaspars Grinvalds/Shutterstock

"Incríveis por dentro"

Série da Netflix, lançada no mês de julho, mostra casas que parecem convencionais por fora, mas revelam um mundo à parte da realidade no seu interior. Por dentro, a reforma ou a construção de espaços trazem um pouco da personalidade ou das paixões excêntricas de seus proprietários, como um aquário gigante, um museu de ficção científica e até uma coleção de bonecos de filmes de terror. Em cada episódio, que dura aproximadamente 25 minutos, é possível também acompanhar a execução de algumas obras desde a elaboração do projeto até o resultado final. A primeira temporada da série tem 12 episódios.

22º SIGRADI 2018

A Sociedade Iberoamericana de Gráfica Digital (SIGraDi) é uma associação sem fins lucrativos que agrupa arquitetos, urbanistas, designers e artistas vinculados aos meios digitais, e o tema para o evento deste ano será Tecnopolíticas. Diante de um mundo que enfrenta crises e desafios diversos, dos sociais aos políticos, dos urbanos aos ambientais, dos espaços imaginados aos construídos, as Tecnopolíticas são compreendidas como práticas de concepção, revisão e uso de artefatos tecnológicos que operam como bens comuns, podendo se contrapor aos modelos dominantes de aplicação tecnológica. O enfoque das tecnologias digitais e seus usos na Arquitetura, no design, nas artes e afins, segundo a abordagem proposta, pretende ampliar o debate em curso nestas áreas. De 7 a 9 de novembro, em São Paulo. Mais informações: http://www.sigradi2018.iau.usp.br/

Fotos Públicas/Rovena Rosa/Ag Brasil

Centenário Athos Bulcão

O centenário do pintor, escultor e desenhista Athos Bulcão está sendo comemorado com uma exposição no Centro Cultural Banco do Brasil, em São Paulo – que fica em cartaz até o dia 15 de outubro. O artista brasileiro, nascido no Rio de Janeiro, ficou conhecido principalmente pelos azulejos em prédios públicos e pontos turísticos do país, quando começou a trabalhar com o arquiteto Oscar Niemeyer, a partir de 1955. Entre os trabalhos mais famosos estão a Igreja da Pampulha, de Belo Horizonte, o Congresso Nacional e o Aeroporto Juscelino Kubitsheck, ambos em Brasília. Fora do Brasil, também realizou trabalhos na Itália, França, Cabo Verde, Argentina e Argélia. Mas a exposição traz, além dos azulejos, centenas de objetos entre desenhos, pinturas, fotomontagens, capas de revistas e até cenários de peças de teatro. O artista morreu aos 90 anos de idade, no dia 31 de julho de 2008.

❶ Pintura em azulejos, uma das principais marcas do trabalho de Bulcão

❷ Visitantes na exposição do Centro Cultural Banco do Brasil, em São Paulo

❸ Painel de São Francisco de Assis na Igreja da Pampulha, em Belo Horizonte

❹ Parte do painel dentro do Congresso Nacional, em Brasília

"Como pensar o Teatro Nacional sem os relevos admiráveis que revestem as duas empenas do edifício, ou o espaço magnífico do salão do Itamaraty sem suas treliças coloridas?"
João Filgueiras Lima, o Lelé (arquiteto e urbanista, amigo pessoal de Athos Bulcão)

Confira os destaques do CAU/SP na imprensa

Tenha acesso ao *clipping* completo por meio do QR Code

Jornal da Cultura (TV Cultura)

6 de agosto de 2018

José Roberto Geraldine Junior, presidente do CAU/SP, ressalta a importância de pensar a habitação social de forma integrada à cidade, diminuindo a necessidade de mobilidade e, assim, garantir melhor qualidade de vida à população de baixa renda.

Jornal da Band (TV Band)

21 de junho de 2018

Anita Affonso Ferreira, coordenadora da Comissão de Ética do CAU/SP, alerta para os prejuízos provocados pela chamada Reserva Técnica.
A infração ética-disciplinar pode resultar, inclusive, em cancelamento do registro profissional.

Estadão.com
2 de agosto de 2018

José Roberto Geraldine Junior, presidente do CAU/SP, comenta sobre o manifesto de arquitetos e urbanistas aos candidatos das eleições de 2018, por meio de uma Carta Aberta publicada no mês de julho.

Obras 24 Horas
6 de julho de 2018

Lançado no mês de junho pelo CAU/SP, o edital para propostas de trabalho de "Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS)" destinou cerca de R$ 1 milhão para ações de capacitação profissional no setor, entre outras possibilidades.

ArchDaily
20 de julho de 2018

Organizado pela CAU/BR em parceria com o CAU/SP, o Seminário Internacional "Gestão Inovadora de Bairros Históricos – Fábrica de Restauro" aconteceu nos dias 10 e 11 de setembro, em São Paulo.

Arquivo pessoal

Um ofício do presente com horizonte futuro

O futuro de nosso ofício está vinculado ao projeto pedagógico de educação e formação do arquiteto em nossas Escolas.

Primeiro importa entender que ela nunca será neutra. Estamos mergulhados no mundo, portanto nossa ação não se faz no vazio, em um espaço sem pré existências, sociais, econômicas, históricas e, principalmente, em nosso caso, físicas ambientais.

Nossa prática deverá ser para a libertação do homem, sua humanização. A Arquitetura como uma ação,política,social, interdisciplinar e coletiva.

Interrogar sobre o futuro do ofício do arquiteto, é entender que sua investigação não é arquitetura em si mesma, mas a arquitetura condicionada a interrogação dos Homens. Uma interrogação abrangente, onde história, arte técnica e suas representações não se façam de maneira isolada em disciplinas estanques e separadas. É uma tarefa intelectual libertar a formação superior do academicismo clássico.

É urgente intuir algo novo, sem temer erros, sem abdicar da espontaneidade, fugir da rotina de nossos escritórios competitivos e isolados.

Buscar um sentido para a construção de uma sociedade mais harmônica, muito mais do que corrermos atrás de objetivos, na maioria das vezes só mediáticos.

Se o arquiteto é o último humanista do planeta, conforme nos fala Umberto Eco,significa ser nosso saber múltiplo, geral, poliforme. A especialização deste saber seria sua morte.

> "Somos e continuaremos sendo um prestador de serviços à sociedade. A qualidade do fazer é o que importa"

Somos e continuaremos sendo um prestador de serviços à sociedade. A qualidade do fazer é o que importa.

A competitividade e visibilidade, uma carreira sem destino, sem direção, onde o imperativo da sobrevivência abdica da moralidade, do compromisso social, e os objetivos humanos cedem às preocupações econômicas "...E na ausência de um sentido comum, é fácil inventar causas místicas" (K. Marx).

Reforçamos o início deste breve texto: a cidade como local, por excelência, da educação. Esta vem sendo ameaçada por um excesso de cientificismo e pela importância deste junto aos que dirigem as Escolas. Esta é a realidade com a qual nos defrontamos e "...é preciso estudá-la com todos os recursos do conhecimento, e tentar dominá-la e humanizá-la." (G. Friedmann).

Nosso ofício trata essencialmente da ocupação e desenho dos espaços e territórios em escalas diversas, e nos dias atuais, estas preocupações atingiram uma dimensão jamais vista antes. Temos de nos preparar para o presente, sem abdicar da coragem necessária de mudar nossa formação e atuação na sociedade, se quisermos herdar o futuro.

Ciro Pirondi

Arquiteto e urbanista formado pela Universidade Braz Cubas e doutorado pela Universidade Politécnica da Catalunya, com escritório próprio desde 1983.

ESSA MURALHA? É O PARQUE DO IBIRAPUERA...
DEPOIS DE PRIVATIZAR, ELES CONTROLAM A ENTRADA, COBRAM INGRESSO E DIZEM QUE TUDO MELHOROU...

CAU/SP
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo